

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA LINGUAGEM - FACL
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM LÍNGUA PORTUGUESA

GLEICE HELEM FERREIRA RODRIGUES

**A HISTÓRIA DE LIVROS DE LEITURA NA AMAZÔNIA PARAENSE
(1820- 1920): DISCURSOS SOBRE CIVILIDADE E LINGUAGEM**

ABAETETUBA

2018

GLEICE HELEM FERREIRA RODRIGUES

**A HISTÓRIA DE LIVROS DE LEITURA NA AMAZÔNIA PARAENSE
(1820- 1920): DISCURSOS SOBRE CIVILIDADE E LINGUAGEM**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção de grau de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa, pela Universidade Federal do Pará.

Orientadora: Dra. Raimunda Dias Duarte

ABAETETUBA

2018

GLEICE HELEM FERREIRA RODRIGUES

**A HISTÓRIA DE LIVROS DE LEITURA NA AMAZÔNIA PARAENSE
(1820- 1920): DISCURSOS SOBRE CIVILIDADE E LINGUAGEM**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para obtenção de grau de
Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa,
pela Universidade Federal do Pará.

Orientadora: Dra. Raimunda Dias Duarte

Data da avaliação: ____/____/____.

Conceito: _____.

Banca Examinadora:

Prof. Msc. Marcos Ferreira Barbosa
Examinador UFPA

Profa. Msc. Rejane Santos Nonato
Examinador UFPA

Profa. Dra. Raimunda Dias Duarte
Orientadora – UFPA

*A Deus, que me deu forças para vencer cada
dificuldade sempre.*

*À minha mãe, melhor amiga e meu maior
incentivo.*

*Ao meu noivo que me ajudou e incentivou
durante esse percurso e nos momentos difíceis.*

AGRADECIMENTOS

A Deus por tudo, sem Ele não sou nada, não conseguiria alcançar essa conquista. Por muitas vezes pensei em desistir, mas foi no Senhor que encontrei forças para continuar.

À minha orientadora, Professora Dra. Ray Duarte, por ter me ajudado em todo o percurso e possibilitado experiências marcantes em minha vida acadêmica.

À minha mãe, Josinete, por todo carinho e incentivo que recebi desde os estudos iniciais da minha vida e pelos sábios conselhos que sempre me dá.

Ao meu noivo, Antonivaldo, que me encorajou a conquistar meus sonhos e esteve ao meu lado sempre me apoiando.

À minha sogra, Maria Océlis, por ter me aderido como filha e cuidado de mim em meio a turbulências em minha vida acadêmica.

Ao meu pai, Raimundo, que me incentivou a buscar a realização dos meus sonhos, aprender com as derrotas, mas sempre persistir.

Aos meus irmãos, Rafael e Rafaelly, e à família Ferreira, por toda a ajuda e incentivo que me deram.

Aos meus amigos que o curso me proporcionou, Leonei Maciel, Vitor Hebert, Wingleddy Pursell, Michaelly Menezes e Naiza Vilhena.

Deus é bom o tempo todo, o tempo todo
Deus é bom!

(Deus não está morto – filme)

RESUMO

O presente trabalho tem como tema “A história de livros de leitura na Amazônia paraense (1820- 1920): discursos sobre civilidade e linguagem”. O objeto deste estudo são livros escolares de leitura produzidos no Pará no período de 1820 a 1920, com foco no livro de leitura ‘Compendio de civilidade christã’, de Dom Macedo Costa. O objetivo geral desse trabalho é compreender a história dos livros de leitura na Amazônia paraense do período de 1820 a 1920. Para isso, busca-se compreender o contexto socio-histórico e cultural de produção de livros de leitura na Amazônia paraense no período estudado, documentar as obras produzidas na Amazônia paraense no período estudado, fazer um levantamento de autores de livros de leitura do período de 1820 a 1920, compreender a importância de autores de livros de leitura para a educação na Amazônia e fazer uma análise polifônica do Compendio de civilidade christã para verificar como a ideia de civilidade no século XIX está relacionada ao uso da língua portuguesa. O método utilizado foi a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental na fase de investigação e catalogação das obras, e a análise polifônica com base em Bakhtin (1997) na análise do Compendio de civilidade christã. Ao todo, foram documentados 30 autores de livros de leitura e 156 obras produzidas na Amazônia paraense no período de 1820 a 1920, dentre os autores estão Francisco de Vilhena Alves, autor de *Selecta litteraria* e *Miscellanea Litteraria*; Joaquim Pedro Corrêa de Freitas, autor de *Ensino de leitura* e *Paleographo ou arte de aprender a ler a letra manuscripta* e José Eustáchio de Azevedo, autor de *Anthologia Amazonica* e *Musa eclectica*. Nesse período, a produção dos livros de leitura era influenciada pelo contexto sociopolítico e cultural do Brasil e da Europa. Na análise polifônica do livro de leitura ‘Compendio de civilidade christã’ verificou-se que há um cruzamento de vozes entre Dom Macedo Costa e outros autores da época e da contemporaneidade em relação ao uso da língua portuguesa, confirmando que os discursos constituem resposta a outros discursos.

Palavras-chave: Livros de leitura; Autores paraenses; Análise polifônica.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 A EDUCAÇÃO PARAENSE NO PERÍODO DE 1820 A 1920	12
1.1 A EDUCAÇÃO NO PARÁ IMPERIAL	12
1.2 A EDUCAÇÃO NO PARÁ REPUBLICANO	17
2 A PRODUÇÃO DE LIVROS DE LEITURA NA AMAZÔNIA PARAENSE (1820 A 1920) ...	19
3 AUTORES DE LIVROS ESCOLARES DE LEITURA (1820 A 1920)	27
4 DISCURSOS POLIFÔNICOS SOBRE CIVILIDADE E LINGUAGEM NO COMPENDIO DE CIVILIDADE CHRISTÃ	48
4.1 DISCURSOS POLIFÔNICOS: CIVILIDADE E LINGUAGEM	49
4.2 ENUNCIADO	50
4.3 POLIFONIA.....	51
4.4 ALTERIDADE	57
CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
REFERÊNCIAS	61

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como tema “A história de livros de leitura na Amazônia paraense (1820- 1920): discursos sobre civilidade e linguagem”. O objeto do estudo são livros escolares de leitura produzidos no Pará no período de 1820 a 1920, com foco no livro de leitura *Compendio de civilidade cristã*, de Dom Macedo Costa, publicado em 1880, pela editora Francisco Alves, com uma nova edição em 1915.

Há poucos trabalhos que buscam compreender a história dos livros de leitura na Amazônia paraense, sendo que essas obras são parte fundamental no processo de desenvolvimento da educação nessa região. Por isso temos como objetivo geral compreender a história dos livros de leitura na Amazônia paraense no período de 1820 a 1920.

Para alcançar esse objetivo, desenvolvemos as seguintes questões norteadoras: Qual o contexto de produção das obras? Como se desenvolveu a produção de livros de leitura no período de 1820 a 1920 na Amazônia paraense? Quem foram os intelectuais que produziram essas obras? Qual a importância deles para o ensino da leitura no Brasil e na Amazônia? Quais as obras de maior visibilidade na Amazônia e no Brasil do século XIX e início do século XX? Como a ideia de civilidade no século XIX está relacionada ao uso da língua portuguesa no livro de leitura *Compendio de civilidade cristã*? Quais discursos sobre civilidade e linguagem atravessam o compendio?

A partir dessas questões, estabelecemos os seguintes objetivos específicos: Compreender o contexto socio-histórico e cultural de produção de livros de leitura na Amazônia paraense no período de 1820 a 1920. Documentar as obras produzidas na Amazônia paraense no período estudado. Fazer um levantamento dos autores de livros de leitura do período de 1820 a 1920. Compreender a importância dos autores de livros de leitura para a educação na Amazônia. Analisar como a ideia de civilidade no século XIX está relacionada ao uso da língua portuguesa no livro de leitura *Compendio de civilidade cristã*.

No Brasil, especialmente na Amazônia paraense, parece não haver muita preocupação de bibliógrafos em conservar e catalogar livros didáticos, porque estes têm vida curta e estão em constante renovação. Então, parece importante o trabalho de documentação e catalogação de livros escolares de leitura do período investigado nesse trabalho.

Estudos mostram que há poucos trabalhos que investigam a história de livros escolares de leitura no Brasil. Isso revela a importância de se fazer o levantamento dessas obras com o fim de buscar contribuir para a história do livro didático de português no Brasil. Recentemente,

foi publicado um livro com um estudo pioneiro sobre a história de livros escolares de leitura na Amazônia. Trata-se da obra de Duarte (2018).

Na fase de investigação e constituição dos dados, o método aplicado foi a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. Na pesquisa bibliográfica, foram examinadas obras de historiadores, enciclopédias e outras fontes que indicavam para a produção de livros de leitura na Amazônia paraense no período de 1820 a 1920. Na pesquisa documental, foram visitadas bibliotecas, como a Arthur Vianna (CENTUR), arquivos públicos, catálogos de obras raras, bibliotecas digitais, sebos, sites de busca, relatórios provinciais, legislações, entre outros.

Batista e Galvão (2009) definem livros de leitura como um tipo de obra efêmera, que se desatualiza muito rápido, que poucas vezes se retorna a ele para buscar dados ou informações e, assim, dificilmente ele é mantido nas bibliotecas pessoais ou de instituições (GALVÃO; BATISTA, 2009, p. 26). Para os autores, os primeiros objetos de ensino da leitura eram compêndios de Doutrina Cristã, catecismos republicanos, manuscritos, como, cartas pessoais, documentos de cartório, folhetos, gramáticas, exemplares da Constituição, cartazes, entre outros gêneros.

Choppin (2004), ao discutir a história do livro e das edições didáticas, busca abranger as principais problemáticas identificadas e temas abordados pela pesquisa histórica sobre esse objeto, enfatizando as tendências mais marcantes e as possíveis perspectivas de evolução do livro didático. O autor aponta também que os livros didáticos eram (e em muitos casos ainda são) estudados como vetores ideológicos e culturais. Além disso, para o autor, a pesquisa sobre a história dos livros didáticos foi, por muito tempo, negligenciada pelos historiadores e bibliógrafos, e só veio a ser reconhecida há pouco tempo, como acontece no Brasil.

Sabendo da grande circulação do livro de leitura *Compendio de Civildade Christã* no Pará e no Brasil do século XIX e no século XX, considera-se importante verificar como a ideia de civilidade, que é muito tratada nesse livro, está relacionada ao uso da língua nesse período. No final do século XIX, a produção do livro didático era estrategicamente pensada pelo autor, pelo editor, e depois, o livro era aceito pela comissão de avaliação se estivesse de acordo com as ideologias que o Estado defendia, então o *Compendio de Civildade Christã* é um livro norteado pela ideologia dominante da época, assim como os demais livros aprovados pela comissão.

O trabalho se divide em quatro capítulos: no primeiro, fazemos uma breve abordagem sobre a educação paraense no período do Império ao período da República. No segundo capítulo, discutimos sobre livros de leitura e apresentamos resultados da pesquisa catalográfica dos livros produzidos na Amazônia paraense no período de 1820 a 1920. No terceiro capítulo,

fazemos uma abordagem resumida sobre a vida de autores de livros de leitura na Amazônia paraense. No quarto capítulo, propomos uma análise polifônica dos discursos, sobre civilidade e uso da língua, presentes no compendio, abordando as categorias: enunciado, polifonia e alteridade.

1. A EDUCAÇÃO PARAENSE NO PERÍODO DE 1820 A 1920

Antes de tratar sobre as produções de livros de leitura, é de grande importância conhecer como era a educação paraense no século XIX e início do século XX, pois “(...) não há civilização atual que seja verdadeiramente compreensível sem um conhecimento de itinerários já percorridos, de valores antigos, de experiências vividas” (BRAUDEL, 1989 *apud* FAVERO; MOLINA, 2004, p. 133).

A educação no Brasil, especificamente no Pará, no século XIX e início do século XX, que, neste estudo, vai do Império ao início da Primeira República – foi muito utilizada como instrumento para incutir ideologias de acordo com os interesses da elite que governava o país. Sobre as ideologias da educação nacional desse período, Duarte (2018, p. 88) afirma que o Brasil

é marcado por ideias civilizatórias, cujos saberes e valores transmitidos pela escola visam formar condutas, modelar comportamentos por meio de padrões tidos como universalmente válidos. A escola assume, portanto, uma função civilizadora e utiliza o livro como principal instrumento de circulação das ideologias civilizatórias.

Dessa maneira, verifica-se que a escola assume a função de incutir ideologias civilizadoras nos alunos de acordo com os ideais europeus. A seguir, apresenta-se o contexto da educação paraense do Império à República.

1.1 A EDUCAÇÃO NO PARÁ IMPERIAL

No século XIX, a civilização¹ no sentido de polidez, cortesia, ajudava a manter a ordem no Estado Imperial, que buscava estabelecer o primado da Razão principalmente por meio da instrução. Em outras palavras, o Estado pretendia superar a ‘barbárie’ e a ‘desordem’ por meio da instrução, e tornar as pessoas menos “primitivas”, mais polidas (MATTOS, 1990). Assim, a instrução pública ganha destaque como propagadora dos ideais de ordem, progresso e civilização muito presentes nos discursos da elite dirigente.

No início do século XIX, a escolarização ainda não era obrigatória no Brasil. Nesse momento, aparentava não haver muito interesse institucional em investir na produção de

¹ O termo “civilização” é de origem francesa. O conceito francês de civilização, surgido na segunda metade do século XVIII, relaciona essa palavra com polidez, boas maneiras, e a vincula às características específicas da sociedade da corte” (DUARTE, 2018, p. 281)

material didático para o ensino. De acordo com Maciel e Rocha (2015), as referências históricas sobre as escolas no período do império descrevem “um cenário de precariedade e atraso, a estrutura física dos estabelecimentos de ensino era considerada inadequada e comprometedora da qualidade do ensino”.

No entanto, ainda na primeira metade do século XIX algumas leis importantes para a educação foram sancionadas e possibilitaram um desenvolvimento na educação do Brasil, como em 28 de junho de 1841, o vice-presidente da Província do Grão-Pará, Bernardo de Souza Franco, sancionou a lei nº 97, que tratava sobre a instrução pública na província. De acordo com o Artigo 16 da referida lei, “O Emprego de Professor é vitalício, e será provido em pessoas idôneas”. O Artigo 17 declara que

O Concurso das Cadeiras vagas de qualquer dos ensinos, será publicada pelo Diretor, e se depois de passado o prazo marcado não comparecerem Candidatos, o Presidente as proverá interinamente em pessoas idôneas e de reconhecida capacidade para o Magistério (PARÁ, 1841).

No dia 27 de outubro de 1851, foi sancionada a Lei n. 203 na província do Pará, que prevê a criação de novas escolas primárias. O ensino primário abrangia crianças de 7 a 14 anos. De acordo com o artigo 1º dessa lei, as escolas primárias tinham dois graus: o primeiro grau, destinado a alunos de 7 a 13 anos, e o segundo grau, para alunos de 13 a 15 anos.

No primeiro grau se ensinará a ler, escrever, aritmética até proporções, gramática e ortografia prática, e noções dos deveres morais e religiosos. No segundo a ler, escrever, aritmética com aplicações ao comércio, geometria prática, gramática nacional, noções gerais da história e geografia do Império, noções dos deveres morais e religiosos, leitura da Constituição e do Código Penal do Império.

De acordo com o artigo 4 da mesma lei, “O método de ensino será para as escolas do 1º grau o individual; e para as do 2º o simultâneo” (PARÁ, 1851). Quanto à admissão de professores, “Os candidatos ao professorato público deverão provar: 1º idade maior de vinte e um anos; 2º bom comportamento moral e religioso; 3º conhecimentos suficientes para ensinarem as matérias para que se habilitarem, comprovados por exame em concurso” (PARÁ, 1851).

É importante destacar que no século XIX (e início do século XX) existiam as turmas próprias para meninos e as turmas para meninas. A instrução nesse período ainda era muito patriarcal; enquanto os meninos aprendiam matérias relacionadas a leitura, cálculo, ciências etc., as meninas desenvolviam principalmente as habilidades destinadas ao lar e aos dotes

sociais femininos (DUARTE, 2018, p. 219-220). Os próprios livros eram produzidos separadamente para educar meninos e para educar meninas. Acontecia o mesmo quanto aos professores – homens educavam meninos, mulheres educavam meninas (DUARTE, 2018).

Na segunda metade do século XIX, em consequência da regulamentação do ensino, surge um interesse pela produção de livros e, além disso, as lutas político-ideológicas em favor da Abolição da escravidão e as campanhas republicanas criaram um ambiente muito favorável para o aumento da quantidade de leitores no Brasil (BRAGANÇA, 2002 *apud* DUARTE, 2018, p. 114).

Ainda na segunda metade do século XIX, com o regulamento de Luiz Pedreira do Couto Ferraz, estabelecida por meio do Decreto 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854 (BRASIL, 1854), que regulamentou o ensino primário e secundário no Rio de Janeiro (na época chamado de Município da Côrte) “a escola é institucionalizada no Brasil como principal espaço social destinado à educação. O Decreto destaca a instrução pública primária, tornando obrigatório o ensino a crianças maiores de 7 anos livres (art. 64)” (DUARTE, 2018, p. 113).

O artigo 47 do Decreto 1.331-A, de 1854 define que:

O ensino primario nas escolas publicas comprehende:

A instrucção moral e religiosa,

A leitura e escripta,

As noções essenciaes da grammatica,

Os principios elementares da arithmetica,

O systema de pesos e medidas do municipio.

Póde comprehender tambem:

O desenvolvimento da arithmetica em suas applicações praticas,

A leitura explicada dos Evangelhos e noticia da historia sagrada,

Os elementos de historia e geographia, principalmente do Brasil,

Os principios das sciencias physicas e da historia natural applicaveis aos usos da vida,

A geometria elementar, agrimensura, desenho linear, noções de musica e exercicios de canto, gymnastica, e hum estudo mais desenvolvido do systema de pesos e medidas, não só do municipio da Côrte, como das provincias do Imperio, e das Nações com que o Brasil tem mais relações commerciaes (BRASIL, 1854).

Assim, a educação primária dos meninos buscava dar subsídios básicos para o ensino secundário e formar o cidadão ideal de acordo com o sistema do governo imperial. Como se observa na citação, o ensino primário era dividido em duas partes: depois de aprender as noções básicas de instrução moral e religiosa, leitura e escrita, gramática, aritmética e do sistema de pesos e medidas, a classe passaria a estudar a segunda parte que, além de desenvolver os estudos anteriores, também incluía: a leitura explicada dos Evangelhos, aulas de história e geografia, aulas de ciências naturais, geometria, música, ginástica etc.

O artigo 56 do Decreto 1.331-A, de 1854, indica que “nas escolas publicas só podem ser admittidos os livros autorisados competentemente” (BRASIL, 1854). Dessa forma, todos os livros didáticos tinham que passar por uma comissão avaliadora. Se fossem aprovados, seriam usados nas escolas brasileiras. Os regulamentos recomendavam a adoção de leituras baseadas em textos bíblicos e a utilização de textos associados ao sistema político Imperial. No Pará, a comissão responsável pela aprovação dos livros era o Conselho Superior de Instrução Pública (DUARTE, 2018).

Ressalta-se que a cultura escolar do período estava relacionada à formação do ideal “cidadão” do império (MATTOS, 1990). Dessa forma, Dominique Julia (2001, p. 10-11) descreve a cultura escolar como:

um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização). Normas e práticas não podem ser analisadas sem se levar em conta o corpo profissional dos agentes que são chamados a obedecer a essas ordens e, portanto, a utilizar dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar sua aplicação, a saber, os professores primários e os demais professores.

Essa cultura escolar da instrução primária da província paraense estava ligada aos preceitos morais e religiosos difundidos pela Igreja católica que, na época, era a religião oficial do Estado e, “por meio da leitura de textos de doutrinação cristã, buscava-se ensinar e inculcar condutas moralizadoras e doutrinárias que beneficiassem os interesses dos governantes” (NERY, 2016, p. 401).

A Lei n. 664, de 31 de outubro de 1870, modifica novamente os assuntos a serem abordados na instrução primária:

Art. 10. Fica dividido em dois ramos o ensino primário da província, a saber: ensino primário inferior e ensino primário superior.
§ 1º. O ensino primário inferior constará de leitura, escrita, as quatro operações sobre números inteiros e fracionários, noções praticas do sistema métrico de pesos e medidas, noções de gramática portuguesa e moral civil e religiosa.
§ 2º. O ensino primário superior compreenderá: a gramática portuguesa, elementos de aritmética e de geometria, de geografia, história e noções rudimentares de ciências (PARÁ, 1870).

Ainda na Lei n. 664, de 1870, no artigo 2º afirma-se que “haverá em cada paróquia da província uma escola de ensino primário inferior para o sexo masculino”. Quanto às escolas de meninas, o artigo 7º declara que “haverá igualmente uma escola para o sexo feminino em cada

uma das paróquias da capital, e das cidades do interior, e nas vilas e paróquias do interior onde a frequência ordinária de meninas for superior a vinte.”

Essa lei sanciona em parágrafo único que “O ensino primário para o sexo feminino compreenderá a leitura, escrita, as quatro operações sobre números inteiros, gramática portuguesa, moral civil e religiosa e costura” (PARÁ, 1870).

Ainda na segunda metade do século XIX, inicia-se um momento de muitos debates na sociedade acerca do “higienismo”, que era uma doutrina que buscava higienizar a sociedade por meio de projetos e políticas públicas para obter uma nação com habitantes mais saudáveis (SOUSA, 2015). Por isso, muitos livros desse período relacionavam a boa higiene a bons modos e, até mesmo, à civilidade, como no caso do livro de leitura *Compendio de civilidade cristã*, de Dom Macedo Costa.

Ressalta-se que, no final do século XIX e início do século XX, a província do Grão Pará foi marcada por mudanças culturais, políticas, econômicas e sociais. Por volta de 1870 até 1910 ocorre o apogeu da Borracha. Esse foi um momento importante na história econômica e social do Pará, pois “com o surgimento do Ciclo da Borracha, a economia da província estava em alta e atraiu muitos imigrantes” (MACIEL; ROCHA, 2015, p. 49). Nesse contexto, o Pará passa por um processo de industrialização, urbanização, principalmente em Belém, quando surge o movimento da Belle Époque, no período de 1870 a 1913.

Outro importante acontecimento no Pará nesse momento foi a “Mina literária” que, no período de 1895 a 1899, destacou-se em Belém como grupo literário e cultural que revigorou a literatura paraense com a iniciativa de estimular e enaltecer a publicação de obras literárias de autores locais. Alguns dos autores envolvidos: Acrísio Motta, Eustáchio de Azevedo, Natividade Lima, Theodoro Rodrigues, Leopoldo Sousa, entre outros (SOUZA; SILVA e SALES, 2012).

No final do século XIX, o Estado baseou as ideias educacionais nas ideologias iluministas e civilizatórias. Esse é um momento histórico em que a elite brasileira deseja ser europeia e busca, desta forma, importar as práticas culturais da Europa por meio de autores representantes da cultura das humanidades clássicas com o objetivo de que os alunos elitizados se tornem cidadãos do mundo “civilizado”, mesmo que essa cultura representada seja meramente superficial (DUARTE, 2018, p. 155). Ressalta-se que o livro didático se torna uma grande ferramenta de legitimação dessa ideologia.

1.2 A EDUCAÇÃO NO PARÁ REPUBLICANO

Em 1889 inicia a Primeira República no Brasil como resultado de vários movimentos sociais e engajamento de intelectuais, como José Veríssimo, defendendo o nacionalismo e outras propostas republicanas. No estado do Pará, com o governo de Justo Chermont, a partir de 1890, a educação pública passou por transformações significativas que tinham por objetivo a prosperidade paraense. As medidas adotadas nesse período visavam a uniformidade e o caráter patriótico do ensino. (MACIEL; ROCHA, 2015). Uma medida importante tomada nesse período foi o direito que o professor recebeu de escolher o livro que usaria em suas aulas, algo positivo para a educação paraense. Mas esse livro teria que ser um dos aprovados pelo Conselho Superior de Instrução Pública. (COELHO, 2002)

A educação nacional republicana tinha como foco o desenvolvimento moral, nacionalista e cívico da população, que resultaria na formação do caráter nacional e do cidadão patriótico. Apesar de neste momento haver liberdade de credo religioso, pois a Igreja se separa do Estado, nas escolas, continua sendo propagada a religiosidade cristã, mais especificamente, a religião católica, como verifica-se nos livros aprovados pelo conselho nesse período. Ressalta-se também a presença de ideologias da cultura francesa na educação da primeira república, ainda em decorrência da Belle Époque.

Em 8 de novembro de 1890, o Palácio do Governo Provisório aprovou o “Regulamento da Instrução Primaria e Secundaria do Districto Federal” por meio do decreto n. 981, de autoria de Benjamin Constant Botelho de Magalhães. Nessa reforma, as turmas de meninos e meninas ainda eram separadas, abordando as seguintes disciplinas no primeiro grau do ensino primário:

Art. 3º O ensino das escolas primarias do 1º gráo, que abrange tres cursos, comprehende:
 Leitura e escripta;
 Ensino pratico da lingua portugueza;
 Contar e calcular. Arithmetica pratica até regra de tres, mediante o emprego, primeiro dos processos espontaneos, e depois dos processos systematicos;
 Systema metrico precedido do estudo da geometria pratica (tachymetria);
 Elementos de geographia e historia, especialmente do Brazil;
 Lições de cousas e noções concretas de sciencias phisicas e historia natural;
 Instrucção moral e civica;
 Desenho;
 Elementos de musica;
 Gymnastica e exercicios militares;
 Trabalhos manuaes (para os meninos);
 Trabalhos de agulha (para as meninas);
 Noções praticas de agronomia.

Nas outras séries, as disciplinas seguiam esse modelo, mas havia algumas mudanças de acordo com a evolução do aluno para outros graus, algumas disciplinas saíam e entravam outras como: caligrafia, álgebra elementar, geometria e trigonometria, elementos da língua francesa e outros.

No que se refere à Amazônia paraense, o período da Primeira República é marcado pelo “apogeu econômico advindo da exploração e comercialização da borracha, que acarretou o crescimento da renda per capita de seus habitantes e a reurbanização das cidades de Belém e Manaus sob influência europeia” (COELHO, 2002, p. 2).

Ainda de acordo com Coelho (2002, p. 3), “o apogeu da produção editorial aconteceu no período de 1890 a 1920, quando foi impressa a maioria dos livros didáticos.” Duarte (2018) afirma que esses livros eram submetidos à aprovação no Conselho Superior de Instrução Pública, que verificava a influência ideológica e a qualidade do livro para poder ser adotado nas escolas paraenses.

Durante a Primeira República, cresce uma discussão acerca da legitimidade da instrução feminina, em que se questiona a condição submissa da mulher em relação ao homem.

Em meio às pesquisas na busca por fontes que indicassem para livros didáticos de leitura, tornou-se muito notório que

Literatura e imprensa confundiam-se, consequência da alienação. Nomes ilustres de escritores que não poderiam ganhar a vida fazendo literatura em livros, faziam-na nos jornais para ganhar notoriedade e, se possível dinheiro. A “Gazeta de Notícias” publicava aos domingos, um folhetim que seria uma espécie de suplemento literário, que posteriormente dariam origem às revistas ilustradas (CORREA; CLAUDINO; COSTA, 2007, p.6).

Como o jornalismo passa a ter mais influência na sociedade na Primeira República e torna-se também mais capitalista, era mais lucrativo escrever para jornais do que escrever livros, por isso havia muitos escritores renomados escrevendo folhetins e outros gêneros em jornais. Nesse período, a educação no Pará evoluiu bastante, no que se refere à criação de escolas e à produção de livros escolares, como se observa no próximo capítulo deste trabalho.

2 A PRODUÇÃO DE LIVROS DE LEITURA NA AMAZÔNIA PARAENSE (1820 A 1920)

Antes de tratar especificamente sobre o livro de leitura é importante refletir sobre o livro didático. Sobre o conceito de livro didático, é primordial destacar, como Choppin (2004) aponta, que um grande problema de se estudar os livros didáticos do ponto de vista histórico é encontrar uma definição apropriada para esse objeto. Até porque, dependendo de qual abordagem é feita, o livro terá diferentes significados. Além disso, o livro didático já teve várias mudanças na forma de registro. No início do século XIX, até uma carta pessoal poderia ser usada como livro didático. Atualmente, podemos encontrar o livro didático na tela de um computador (DUARTE, 2018).

Coelho (2002) afirma que

O exame dos livros didáticos reconstrói um importante suporte do ensino e da aprendizagem. Geralmente produzido como resultado de uma ação pedagógica, os livros didáticos constituem fontes para a história da organização curricular, contêm métodos de ensino-aprendizagem e veiculam a ideologia dominante de cada época (COELHO, 2002, p. 1).

Sabe-se que os livros escolares nem sempre se encontraram como registro impresso e o suporte nem sempre é o livro. Isso ocorre porque “Até meados do século XIX, os livros específicos de leitura praticamente inexistiam nas escolas” (BATISTA; GALVÃO, 2009).

Segundo Batista e Galvão, o livro didático é um tipo de obra efêmera, que se desatualiza muito rápido, poucas vezes se retorna a ele para buscar dados ou informações e, por isso, dificilmente é mantido nas bibliotecas pessoais ou de instituições (GALVÃO; BATISTA, 2009).

De acordo com Duarte (2018), muitos dos livros, textos e impressos que a escola considerou como convenientes para auxiliar o desenvolvimento de suas tarefas não foram, originalmente, produzidos para a escola, e mesmo assim eram utilizados para fins educativos.

No século XIX, o livro didático era destinado principalmente para o professor porque era o docente que deveria se apropriar dos conteúdos básicos. Já a partir do século XX, prevalece o modelo de livro didático que se direciona ao aluno, embora ainda existam alguns destinados aos professores.

Batista e Galvão (2009) defendem que os livros escolares que se constituíram durante os séculos XIX e XX “estiveram sempre fundados na crença iluminista do poder do impresso e em sua capacidade de educar o povo em prol de um projeto político e de construção de uma identidade nacional” (BATISTA e GALVÃO 2009, p. 15).

Devido à escassez de livros didáticos de leitura na primeira metade do XIX, no Brasil, utilizava-se como livros voltados para o ensino da leitura: documentos de cartório, cartas pessoais, folhetos, gramáticas, entre outros. Em alguns casos, a Constituição do Império, o Código Criminal, a Bíblia, compêndios de Doutrina Cristã, catecismos republicanos, entre outros gêneros, eram utilizados como manuais de leitura nas escolas, como afirmam diversas fontes, como relatos de viajantes, autobiografias e romances (BATISTA; GALVÃO, 2009).

Os livros escolares de leitura podiam ser, de acordo com a investigação de Duarte (2018), ao analisar o trabalho de Batista e Galvão (2009), enquadrados em cinco modelos:

Modelo religioso: os autores postulam que esse modelo deixou poucos registros nas bibliotecas escolares porque teve uma vida curta como livro didático.

Livros de leitura manuscrita ou paleógrafos: esse é um modelo híbrido, com uma leitura formativa, que possui um conjunto de diferentes gêneros de textos, tais como: leis, fragmentos literários, cartas familiares e comerciais e documentos comerciais

Livros instrutivos e enciclopédicos: esses livros de leitura são os compêndios que se caracterizam como uma exposição didática de um conjunto de conteúdos voltados para o ensino sistemático da leitura, organizados de forma progressiva.

Modelo formativo: são livros escolares de leitura voltados para a transmissão de valores e atentos a características de um público pensado como detentor de especificidades. A principal característica desse modelo é o ensino da leitura articulado aos conteúdos morais, cívicos e ideológicos.

Modelo retórico-literário: os livros escolares de leitura que estão inseridos neste modelo se organizam por meio de uma seleção que visa à formação do gosto literário. Ao mesmo tempo, esse gênero também é usado como modelo para a produção textual (DUARTE, 2018, p. 26-27).

Estes modelos de livros de leitura recobrem um conjunto bastante amplo de temas, valores e crenças. É importante destacar que durante a pesquisa de livros escolares de leitura produzidos na Amazônia paraense no período investigado, o modelo mais encontrado é o retórico-literário, de acordo com os modelos apresentados por Batista (2009).

De acordo com Duarte (2018), o livro escolar de leitura, tem características importantes são elas: ancoragem no tempo, ancoragem no espaço e relação de interação. Ao analisar Bittencourt (2013), a pesquisadora (DUARTE, 2018) confere que os livros didáticos podem ser vistos de várias maneiras: a) como mercadoria, em que, o livro é resultado da indústria cultural feito para comercialização, b) o livro didático como objeto de armazenamento dos conteúdos escolares definidos pelas propostas curriculares, c) o livro didático como instrumento pedagógico, em que, além de apresentar o conteúdo, o livro didático ainda sugere como ele

deve ser ensinado, oferecendo métodos e técnicas de aprendizagem ao professor; e d) o livro didático como objeto portador de um sistema de valores, de uma ideologia, de uma cultura.

Sobre a produção de livros escolares no Pará, Braga (1913) afirma que

Volumosa é a bagagem litteraria que tem servido á mocidade paraense para sua educação e instrução elementar servindo muitas das obras publicadas para seus estudos superiores. E o Pará um dos Estados da União Brasileira que mais tem produzido em livros didacticos para a infância, no porfiado empenho de lhe facilitar e aperfeiçoar o ensino, tornando-o ao mesmo tempo proveitoso (BRAGA, 1913, p. 76).

Apresentamos, no quadro abaixo, uma lista de livros de leitura produzidos na Amazônia paraense no período de 1820 a 1920. Não foi possível comprovar se todos foram efetivamente adotados nas escolas paraenses/brasileiras.

Quadro de livros de leitura produzidos na Amazônia (1820 a 1920).

AUTOR	OBRA	Fonte de localização
Acrisio Motta.	1. Coisas profanas. Belém: H. Nina, 1894. xxiii, 110 p.	COELHO, 2002
	2. Fadas e Lobishomens, 1908.	Anthologia Amazonica (1904), de José Eustáchio
Agostinho Monteiro Gonçalves D'Oliveira	3. Chronica de Igarape'-Miry. Belém: Typ. da Imprensa Official, 1899.	DUARTE (2018)
Albano Vieira.	4. Humbral de rosas: versos. Pará: Typ. Delta, 1918. 148 p.	Catálogo de obras raras e valiosas da Biblioteca Arthur Vianna
Alberto Pimentel.	5. Portugal de cabelleira. Pará: Universal de T. Cardoso, 1875. 248 p.	Catálogo de obras raras e valiosas da Biblioteca Arthur Vianna
	6. O Descobrimento do Brazil. Romance Original. Pará: Universal de T. Cardoso. 1895	Estante virtual
	7. A Primeira Mulher de Camilo. Guimarães & Cia, 1916	Estante virtual
	8. A Musa das Revoluções. Typ e Lyt, 1885.	Estante virtual
	9. Os amores de Camillo. Libanio&cunha, 1899.	Estante virtual
	10. O Romance do Romancista: Vida de Camillo Castello Branco. 1890.	Livronauta
	11. Vinte Annos de Vida Litteraria. [19--?]	Livronauta
	12. Rainha Sem Reino. 1887.	Livronauta
	13. Cantares Com uma Carta. 1875.	Livronauta
	14. O Porto na Berlinda. 1893.	Livronauta
	15. Espelho de Portuguezes. 1901.	Livronauta
	16. Sem Passar a Fronteira. 1902.	Livronauta
	17. As Alegres Canções do Norte. 1905.	Livronauta
	18. Memórias do Tempo de Camilo. 1913.	Livronauta
19. Do Portal Á Claraboia. 1913.	Livronauta	
20. O Arco de Vandôma. 1916.	Livronauta	

Alcides Gentil.	21. O Caso Martins Pinheiro. Pará: Typographia Delta, 1919.	Catálogo de obras raras e valiosas da Biblioteca Arthur Vianna
Alfredo Ladislau.	22. Scenas da vida paraense: ligeiros contos. Belém: Typ. da Imprensa Official, 1904.	Catálogo de obras raras e valiosas da Biblioteca Arthur Vianna
Alves de Sousa.	23. Equatoriaes: versos. Belém: Secção d' A Província do Pará, 1904.	DUARTE (2018)
	24. Crepusculares (versos). 1904.	DUARTE (2018)
Américo de Campos.	25. Noções geraes de hygiene. [Belém]: P. de Oliveira, 1912.	COSTA; MENEZES NETO, 2016.
Américo Marques de Santa Rosa	26. 1º. Livro. ?	DUARTE (2018)
(Dom) Antonio de Macedo Costa.	27. O Christianismo e o progresso. Lisboa, 1875	BLAKE (1883)
	28. Resumo da historia biblica ou narrativa do velho e novo testamento. New-York, 1872.	BLAKE (1883)
	29. Narrações bíblicas. ?	DUARTE (2018)
	30. O livro da família, 1879.	DUARTE (2018)
	31. Deveres da família, 1875	DUARTE (2018)
	32. Amazônia: meio de desenvolver sua civilização, 1884.	DUARTE (2018)
	33. Compendio de Civilidade christã. nova edição. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1915	DUARTE (2018)
Araújo dos Santos.	34. Topasios: versos. Pará Typographia Delta, 1915. 128 p.	DUARTE (2018)
Arthur Clemente	35. O Poder de Deus. Belém: [s.n.] 1920.	Catálogo de obras raras e valiosas da Biblioteca Arthur Vianna
Arnaldo Barreto	36. Cartilha Analítica. 19--(?)	DUARTE (2018)
	37. Vários Estylos: Selecta. 1916.	Livronauta
Augusto Meira.	38. Poetas e pensadores. Belém: Oficinas Gráficas da Revista da Veterinária, 1914. 139 p.	Catálogo de obras raras e valiosas da Biblioteca Arthur Vianna
	39. Alcyones. H. Garnier-livreiro Editor, 1908.	Estante virtual
Augusto Ramos Pinheiro	40. Livro de leitura (1º, 2º e 3º). 1900 (?)	DUARTE (2018)
	41. Novíssimo primeiro livro de leitura. 1900 (?)	DUARTE (2018)
	42. Segundo Livro de Leitura. 190-(?)	Revista do Ensino (1912)
	43. Terceiro Livro de Leitura ou Escola, Patria e Familia. 190-(?)	Revista do Ensino (1912)
Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha	44. Obras litterarias de Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha. Pará: Typographia de Santos, 1850	DUARTE (2018)
	45. Melizo. 185- (?)	DUARTE (2018)
	46. Ode ao general Manoel da Gama Lobo de Almeida. 185- (?)	DUARTE (2018)
	47. Soneto a mamelluca Maria Barbosa. 185- (?)	DUARTE (2018)
	48. Ode horaciana ao governador e capitão general Martinho de Souza e Albuquerque. 185- (?)	DUARTE (2018)
	49. Obras poeticas de Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha que aosenhora dom. Pedro II, Imperador do Brazil, Pará, 1850.	BLAKE (1883)
	50. Dramas, idyllios, odese outras composições poeticas, discursos allegorias dramaticas. 185-(?)	BLAKE (1883)

Bruno Henrique de Almeida Seabra.	51. Alforje da boa razão (livro para meninos). 1870	DUARTE (2018)
	52. Poemetos.	DUARTE (2018)
	53. Flores e frutos	DUARTE (2018)
Camillo Henriques Salgado	54. Compêndio elementar para o ensino dos primeiros rudimentos de leitura da língua nacional. 1878.	DUARTE (2018)
Carlos Barros de Souza.	55. Arco-Iris: contos e phantasias. Belém: Paraense, 1913	DUARTE (2018)
Carlos Hipolyto de Santa Helena Magno	56. Harpejos poeticos. Recife, 1869.	Anthologia Amazonica (1904), de José Eustáchio
	57. Cartilha imperial para uso do Sr. D. Pedro II nas suas lições de litteratura e sciencias positivas. Pará, 1840.	BLAKE (1883)
	58. Corymbos. Imprensa Official do Estado, 1917.	Estante virtual
Curcino Silva.	59. Sarçaes: poemas d'alma, poemas do amor, poema da vida. Belém: Typ. da Livr. Escolar, 1916. 85 p.	Catálogo de obras raras e valiosas da Biblioteca Arthur Vianna
David Correia Sanches de Frias	60. A Mulher: sua infância, educação e influencia na sociedade. Pará: T. Cardoso [1879?].	DUARTE (2018)
Elmira Lima.	61. Alma em rytmos. Pará: Typ. Delta, 1914.	Catálogo de obras raras e valiosas da Biblioteca Arthur Vianna
Edgar Proença.	62. Colcha de retalhos. São Paulo: J. Magalhães [19--?]. 255 p.	Catálogo de obras raras e valiosas da Biblioteca Arthur Vianna
Eponina de O. Conduru Serra	63. O livro de Nina. 1883.	DUARTE (2018)
	64. Cantos infantis (o livro de rima). 188- (?)	DUARTE (2018)
Euclides Faria	65. Micellanea: verso e prosa. 189- (?)	DUARTE (2018)
	66. Brizas da Amazonia: versos e prosas. Pará: Typographia de A. Silva, 1897.	DUARTE (2018)
	67. Retratos a giz. 189- (?)	DUARTE (2018)
	68. Arabescos: verso e prosa. 189- (?)	DUARTE (2018)
	69. Diversos. 1875.	Literatura Digital (UFSC)
	70. Miscelânea: verso e prosa. 1882.	Literatura Digital (UFSC)
	71. O tacacá. 1908.	Literatura Digital (UFSC)
Francisco Bernardino de Souza.	72. Lembranças e curiosidades do Valle do Amazonas. Pará: Typ. do Futuro, 1873. 328 p.	Catálogo de obras raras e valiosas da Biblioteca Arthur Vianna
Francisco Ferreira de Vilhena Alves	73. Enlevos poeticos: collecção de versos. Pará: C. Seidl, 1871	DUARTE (2018)
	74. Miscellanealitteraria: collecção de artigos. Pará: R.L. Bittencourt [18--?]	DUARTE (2018)
	75. Monodias: collecção de poesias. Maranhão: Typographia de B. Mattos, 1868	DUARTE (2018)
	76. Selectalitteraria. 2. ed. Pará: R.-L. Bittencourt, 1900	DUARTE (2018)
Heráclito Vespasiano Fiock Ramalho	77. Chrestomathia	DUARTE (2018)

H. Inglez de Souza.	78. O Missionário. Laemmert, 1899.	Catálogo de obras raras e valiosas da Biblioteca Arthur Vianna
	79. História de um pescador. 1876	DUARTE (2018)
	80. O Cacaulista. 1876	DUARTE (2018)
	81. O Coronel Sangrado. 1877	DUARTE (2018)
	82. Contos amazônicos. 1892	DUARTE (2018)
Hilário Ribeiro	83. Pátria e Dever.	DUARTE (2018)
Hygino Amanajás	84. Noções de educação civica: para uso das escolas primarias do Estado do Pará. 1ª. edição. Pará. Typografia do Diário Oficial, 1898	DUARTE (2018)
	85. Alma e coração. 1905	DUARTE (2018)
Ignácio Moura.	86. A Luz de outr'ora: contos e ligeiros estudos. Belém: J.A.T. Pinto [1920?]. 143 p.	Catálogo de obras raras e valiosas da Biblioteca Arthur Vianna
Joaquim Pedro Corrêa de Freitas	87. Ensino de leitura: para uso das escolas da Amazônia. 44. ed. Pará: L. Jablonski, 1910.	Catálogo de obras raras e valiosas da Biblioteca Arthur Vianna
	88. Paleographo ou arte de aprender a ler a letra manuscripta, para uso das escolas da Amazônia. (19--?)	DUARTE (2018)
João de Deus Rego	89. Primeiras rimas: collecção de versos. Prefácio do Dr. Álvares da Costa. 1888	DUARTE (2018)
	90. Últimas rimas: versos. 1905.	DUARTE (2018)
João Gualberto da Costa	91. 1º livro manuscripto (Paleógrafo Moderno)	DUARTE (2018)
	92. Estudos Graduados de Leitura Manuscripta. 19--(?)	DUARTE (2018)
João Marques de Carvalho.	93. O sonho do monarca: poemeto. Recife, 1886.	BLAKE (1895)
	94. Galeria de poetas. I Paulino de Brito. Pará, 1887.	BLAKE (1895)
	95. O livro de Judith: (prosa e verso). Pará, 1888.	BLAKE (1895)
	96. Lavas: poemetos. Recife, 1886.	BLAKE (1895)
	97. Contos paraenses. Pará, 1889.	BLAKE (1895)
	98. O livro de Judith: (prosa e verso), Pará, 1888.	BLAKE (1895)
	99. Soror Maria: romance naturalista. Pará, 1891	BLAKE (1895)
	100. Commentarios. Chronica mensal. Palestra. simples, desopilatoria e sem malicia sobre assumptos variados, Pará, 1885.	BLAKE (1895)
	101. Contos do Norte. 1900.	DUARTE (2018)
	102. Entre as nympheas. 1896.	DUARTE (2018)
	103. Hortencia. 1888.	DUARTE (2018)
José Carvalho	104. D. Barbara 1817 no Ceará: drama em 5 actos, em verso. 1916.	DUARTE (2018)
José Eustáchio de Azevedo	105. Anthologia Amazonica: poetas paraenses. Belém: Typ. da Casa Editora P. Barbosa, 1904.	DUARTE (2018)
	106. De capa e espada. Belém: J. A. T. Pinto [19--?].	DUARTE (2018)
	107. A Irmã Celeste: drama em 4 actos, extrahido do romance de egualtitulo, de Vieira da Costa, illustre romancista portuguez. Ensaios dramáticos. Belém: J. A. T. Pinto, 1916.	DUARTE (2018)
	108. Musa eclectica: versos reeditados e inéditos. Pará: Typographia Santos, 1909.	DUARTE (2018)
	109. Vindimas: artigos, contos, chronicas. Porto: Companhia Portuguesa, 1913.	DUARTE (2018)
	110. Orquídeas. 19-- (?)	DUARTE (2018)
	111. Nevoeiro. 19-- (?)	DUARTE (2018)
	112. A Viúva. 19-- (?)	DUARTE (2018)

Júlio Ribeiro	113. Pyraustas. (1870)	Anthologia Amazonica (1904), de José Eustáchio
Lucidio Freitas.	114. Vida obscura: versos. Pará: Typographia da Imprensa Official do Estado do Pará, 1917.	Catálogo de obras raras e valiosas da Biblioteca Arthur Vianna
Luís Queiroz Albuquerque	115. Poemas singelos: versos éditos e inéditos. 1918.	DUARTE (2018)
	116. Coroa de espinhos. 19--(?).	DUARTE (2018)
	117. Flôres silvestres. 19--(?).	DUARTE (2018)
	118. 1º. Livro de leitura (1º e 2º)	DUARTE (2018)
	119. Alma e coração. 5ª. edição. Pará. Imprensa Oficial, 1905	DUARTE (2018)
	120. Contos e lendas paraenses.	DUARTE (2018)
Luiz Alfredo Monteiro Baena	121. Compêndio Elementar de leitura da língua nacional	DUARTE (2018)
	122. Ensino cívico: noções e princípios geraes educação cívica e direito pratico	DUARTE (2018)
Luiz Demetrio Juvenal Tavares.	123. Ensino cívico: noções e princípios geraes educação cívica e direito pratico. Belém: Typ. de P. Barbosa, 1898. 65 p.	Catálogo de obras raras e valiosas da Biblioteca Arthur Vianna
	124. Pyrilampos. Typographia Commercial, 1873.	Estante virtual
	125. Musa republicana: homenagem à pátria brasileira no seu dia mais glorioso. Pará: typ. e Encadernação do Livro do Ouro, 1892.	DUARTE (2018)
	126. Serões da mãe preta: contos populares para crianças. Pará: Typographia de Alfredo Silva, 1896	DUARTE (2018)
	127. Versos antigos e modernos. Pará: Typ. de A. F. da Costa, (?)	DUARTE (2018)
	128. A vida na roça: contos. 189- (?)	DUARTE (2018)
	129. A Viola de Joana: versos populares. 189- (?)	DUARTE (2018)
	130. Segundo Livro de Leitura. 1920.	Livronauta
Ovídio Ferreira da Silva Filho	131. Escravonetas: poesias. 1898.	DUARTE (2018)
Paulino de Brito	132. Cantos amazonicos: poesias. 1900.	DUARTE (2018)
	133. Histórias e aventuras. 1902.	DUARTE (2018)
	134. Noites em claro: poesias diversas. 1888.	DUARTE (2018)
	135. Novo método de leitura. (?)	DUARTE (2018)
Raul de Azevedo.	136. Confabulações. Aillaud e Bertrand, 1919.	Estante virtual
	137. Tríplíce Aliança. Parceria Maria Pereira, 1907.	Estante virtual
	138. Amores de Gente Nova. Typographia, 1916.	Estante virtual
	139. Aspectos e Sensações Cronicas. Parceria Antonio Maria Pereira, 1909.	Estante virtual
	140. Artigos e chronicas: Pará-Brasil 1893-1894. 189-(?)	DUARTE (2018)
	141. Na rua: crônica. 189-(?).	DUARTE (2018)
	142. A Esmo: crônica. 189-(?).	DUARTE (2018)
	143. Doutor Renato: romance. 189-(?).	DUARTE (2018)
144. Ternuras: contos	DUARTE (2018)	
Raymundo Cyriaco Alves da Cunha	145. Paraenses ilustres. 1896.	DUARTE (2018)
Rocha Moreira.	146. Páginas soltas: versos. Pará: Escolar, 1920. 25 p. il. retr.	Catálogo de obras raras e valiosas da Biblioteca Arthur Vianna
	147. Torre do sonho: 1913-1925. Belém: Imprensa Official do Estado, 1915. 137 p. Publicado por ocasião das festas commemorativas do tricentenário	Catálogo de obras raras e valiosas da Biblioteca Arthur Vianna

	da fundação de Belém, sob os auspícios da Tuna Luso Commercial.	
Romualdo Antonio de Seixas.	148. Breve Memoria Acerca da Naturalidade do Padre Antonio Vieira. 1857.	Estante virtual
	149. Manual completo de sólida Piedade ou guia espiritual nas práticas de verdadeira devoção. 1--- (?).	DUARTE (2018)
(Dom) Romualdo de Sousa Coelho.	150. Instrução pastoral sobre o santo sacrificio da missa. Bahia: Typ. da A. de Serva, 1837.	Catálogo de obras raras e valiosas da Biblioteca Arthur Vianna
RODRIGUES, Theodoro.	151. Pallidos: poesias. Prefacio do Dr. Álvares da Costa. Pará: Imprensa de T. Cardoso, 1894.	Catálogo de obras raras e valiosas da Biblioteca Arthur Vianna
Virgilio Cardoso de Oliveira.	152. Affonso Celso Contra Affonso Celso. 1902.	Estante virtual
	153. A Pátria brasileira. 1905.	DUARTE (2018)
	154. Leitura Cívica. 1900?	DUARTE (2018)
	155. Nossa Pátria. 1908.	DUARTE (2018)
	156. Máxima infantil. (?)	DUARTE (2018)

Fonte: produzido pela autora.

Ao verificar o quadro, confirma-se a vasta produção de livros de leitura na Amazônia paraense no século XIX e início do século XX. Justifica-se a afirmativa de que o Pará não dependia de produção didática externa pois tinha provimento próprio.

3 AUTORES DE LIVROS ESCOLARES DE LEITURA (1820 A 1920)

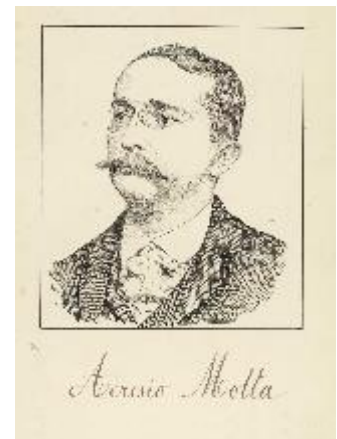
Além de catalogar os livros de leitura, é muito importante fazer um levantamento sobre os autores dessas obras, intelectuais paraenses que muito colaboraram para a educação de crianças no Pará do século XIX e XX. Faremos um breve comentário sobre alguns autores e livros escolares de leitura do período de análise deste trabalho².

Neste estudo, entende-se como autores paraenses de livros escolares de leitura não só aqueles que nasceram e produziram suas obras no Pará, mas também aqueles que nasceram em outro estado, vieram para o Pará e produziram seus livros neste estado. Além disso, há casos em que o autor nasceu nesse estado, se mudou para outro estado e produziu os livros lá, mas suas obras tratam sobre assuntos do Pará.

É importante esclarecer que há casos em que não consideramos como paraenses alguns autores que, mesmo tendo nascido no Pará, mudaram-se para outros estados, lá produziram suas obras, as quais não tratam de assuntos relacionados ao Pará.

3.1. Acrísio Motta

Nasceu na cidade de Bragança, Pará, em 25 de junho de 1866 e morreu em Belém em 17 de agosto de 1907. Poeta, jornalista e escritor, patrono da Cadeira nº 03 da Academia Paraense de Letras (APL). De acordo com o Catálogo de obras raras e valiosas da Biblioteca Arthur Vianna, ele “foi escritor, articulista, cronista, romancista, novelista e dramaturgo. Trabalhou em ‘A Província do Pará, no Diário de Notícias e na Folha do Norte” (PARÁ, 1998, p. 56). Cultivou o parnasianismo na poesia e o naturalismo na ficção (PARÁ, 1998).



Acrísio Motta foi um dos autores que participou do movimento *Mina* literária. Era um sócio ativo citado na obra ‘Antologia amazônica: poetas paraenses’ (1904), de José Eustáquio Azevedo. Publicou inúmeros contos, retratando neles a vida simples da roça. Publicou vários livros, dentre eles: *O Espírito*, romance; *Vingança de Tapuio*, novela, ambos contando histórias

² Não se pôde obter informações sobre todos os autores devido à dificuldade de recuperar fontes e dados desse período, inclusive porque não é dada muita visibilidade a esses intelectuais, mesmo que tenham grande importância para a educação paraense. Para muitos desses intelectuais, foram feitas algumas homenagens como: dar nome a ruas, praças, criar monumentos. Mas a memória não foi tão preservada. Assim, foi importante unir informações encontradas em livros, documentos, legislações, relatos e outros.

amazônicas num estilo realista, retratando a paisagem e os costumes da região (AZEVEDO, 1904).

O livro ‘Coisas profanas’ (1894), de Acrísio Motta, está entre os livros publicados pela Mina Literária. A carta-prefácio do livro foi escrita por Adherbal de Carvalho. Essa obra revela uma certa influência do lirismo de Lamartine³ até o decadentismo de Verlaine⁴.

3.2 Albano Vieira

Nasceu em Portugal no ano de 1886. É considerado autor paraense porque sua produção intelectual ocorreu em maior parte no Pará. O autor morreu em Belém do Pará no ano de 1918. Foi prosador, poeta, jornalista e trabalhador da vida comercial. Desde jovem, veio para o Brasil, mais precisamente, Belém do Pará. Trabalhou na redação do semanário Pará Comercial e produziu livros de leitura literários. Não encontramos ainda informações sobre a obra *Humbral de rosas: versos* (1918), de autoria do Albano Vieira (PARÁ, 1998).

3.3 Alberto Pimentel

O autor nasceu em nasceu no Porto, em 1849, e morreu em Queluz, em 1925. Porém, como boa parte de seus livros foram produzidos e publicados no Pará, nós o consideramos nesta pesquisa como autor paraense. De acordo com o catálogo de obras raras ou valiosas da Fundação Cultural do Pará, Alberto Pimentel foi “colaborador em diversos jornais, publicou livros ininterruptamente e exerceu várias tarefas de funcionário público. Dedicou toda a sua vida a uma extraordinária atividade literária, convivendo com maiores valores de sua geração” (PARÁ, 1998, p. 69). Alberto Pimentel era sócio de vários institutos literários de Portugal e do Brasil. Não se obteve muitas informações biográficas sobre ele. Dentre suas obras, ‘Portugal de cabelleira’ (1875) encontra-se na seção de obras raras da biblioteca Arthur Vianna, em Belém. O restante das obras catalogadas encontra-se a venda nos sebos online: Estante virtual e Livronauta.

3.4 Alcides Gentil

Alcides Gentil nasceu em Alenquer – Pará, em 23 de agosto de 1891 e morreu no Rio de Janeiro em 11 de agosto de 1963. Formou-se em Direito. Mas, sua vida literária foi intensa.

³ Alphonse de Lamartine foi um autor romântico francês que influenciou bastante os poetas brasileiros do romantismo, com poemas de profunda melancolia que abordam o amor e a religião.

⁴ Paul Verlaine, poeta francês, foi um dos pioneiros no movimento decadentista, o qual evocava a evasão à realidade cotidiana e arremetia contra a moral e os bons costumes.

Além disso, era jornalista, redator chefe da Folha do Norte. Colaborador dos Jornais mais respeitados do Rio, como o Correio da Manhã, O País e o Jornal do Commercio. Fundou no Rio de Janeiro a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, da qual era secretário geral. Foi promotor público da comarca de Óbidos (1918-1920); professor de Português e Filosofia na Escola Normal do Pará e no Ginásio Paes de Carvalho, respectivamente; era advogado da prefeitura do Rio. Foi eleito para a Academia Paraense de Letras e transferido do quadro de sócios perpétuos para o de sócios honorários perpétuos. Nesse momento, mudou-se para o Rio de Janeiro. A maior parte da produção literária permanece dispersa nos jornais de sua época, de Belém e do Rio, mas ele deixou um bom número de livros tratando sobre variados assuntos: Os Novos horizontes da política nacional (1930); Brasil e o internacionalismo (1920); O Caso Martins Pinheiro (1919) etc. Não encontramos informações sobre as obras deste autor.

3.5 Alves de Sousa

Nasceu em Vigia – Pará, em 12 de novembro de 1882. Poeta e jornalista. Destacou-se desde a adolescência, em Belém como uma das mais vigorosas personalidades de sua geração. Conquistou no jornalismo um nome glorioso, foi redator de A Província do Pará. Mais tarde, mudou-se para o Rio de Janeiro. Tornou-se ali uma das figuras mais dinâmicas do jornalismo, alcançando singular relevo como diretor de ‘O País’, jornal que marcou época nos anos políticos do Rio de Janeiro e que foi extinto após o sucesso da revolução de 30. Arruinado, Alves de Sousa aceitou a oportunidade que Orlando Dantas lhe ofereceu na redação do Diário de Notícias. Como poeta, ainda em Belém do Pará, em 1904, publicou a obra literária ‘Crepusculares’, que teve uma larga repercussão. Deixou também muitas poesias esparsas, bem como alguns trabalhos dramáticos de merecimento.

3.6 Américo de Campos

Américo foi um estudioso de assuntos amazônicos. Pertencia ao Instituto Histórico e Geográfico do Pará, onde era membro da Comissão de revista. Escreveu: Climatologia do estado do Pará; O Município de Souzel, em parceria com Lindolpho Abreu (PARÁ, 1998). Outra obra escrita por Américo de Campos foi ‘Noções geraes de hygiene’ (1912), adotada em escolas paraenses, aprovada pelo governo do estado, como indica o próprio livro. O livro está disponível no acervo online da Biblioteca Arthur Vianna, possui 213 páginas e trata sobre os princípios de higiene individual em vários aspectos como: higiene da respiração, higiene da circulação, higiene das roupas, higiene dos alimentos etc.

3.7 Augusto Meira

O intelectual Cécil Augusto de Bastos Meira nasceu em 01 de janeiro de 1914, filho de José Augusto Meira Dantas e Anésia Meira. Foi advogado e professor. Estudou no Colégio Nossa Senhora de Nazaré, Ginásio Paes de Carvalho e estudou Direito na antiga Faculdade de Direito do Pará. Também estudioso da Língua Portuguesa e de literatura, ingressou por meio de concurso, primeiro para a Docência Livre e depois para a Cátedra de português do Ginásio Paes de Carvalho. Foi aprovado em concurso para o provimento da cadeira de Judiciário e Português. Lecionou ainda literatura no Colégio Progresso Paraense. Mais tarde, foi membro da Academia mineira de Letras. Escritor, ensaísta, colaborador permanente dos jornais de Belém, foi grande a sua contribuição às letras com livros como: Introdução ao estudo da literatura; Alcyones; Prelúdio do esquecimento; Latim sem lágrimas; O Retorno eterno de Nietzsche e outros ensaios (PARÁ, 1998). Dos livros catalogados, não obtivemos informações sobre nenhum, até o momento.

3.8 Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha

Nasceu em 4 de setembro de 1769 na vila de Barcelos, antiga comarca do Rio Negro. Faleceu em 11 de maio de 1811. Ainda quando era criança, com sete anos de idade, ficou órfão de pai e mãe. Foi entregue a um tutor, que lhe deu apenas a instrução primária e ia colocá-lo na lavoura. Mas seu padrinho, o vigário geral José Monteiro de Noronha, em combinação com o juiz respectivo, o recolheu ao Convento de Santo Antonio. Lá, Bento Figueiredo estudou o ensino secundário. Não pode realizar seu desejo, que era ir à Universidade de Coimbra porque seus bens que herdou do avô foram arrebatados pela fazenda real.



Foi nomeado alferes de milícias e diretor dos índios de Oeiras, mais tarde nomeado também a capitão de caçadores e escrivão da nova alfândega. Porém, foi exonerado por calúnias e perseguições. Entretanto, o Conde dos Arcos ficou inteirado da situação quando assumiu o governo e lhe deu o lugar de escrivão da mesa grande do Pará, o qual foi confirmado pelo príncipe regente, Dom João. Enquanto literato e poeta, o autor escreveu: Melizo; Ode ao general Manoel da Gama Lobo de Almeida; Soneto a mamelluca Maria Barbosa; Ode horaciana ao governador e capitão general Martinho de Souza e Albuquerque; dramas, idílios, odes e outras composições poéticas, discursos e alegorias dramáticas (AZEVEDO, 1904).

No entanto, até o momento, não se obteve informações sobre as obras que foram catalogadas, porque da produção do poeta pouca coisa se salvou e pouco se conhece devido a dois fatos infelizes: o primeiro aconteceu em 1832 – seu filho, João Batista, teve uma bagagem perdida em um naufrágio em Icoaraci, perdendo uma coleção de obras originais do poeta; o segundo incidente foi em 1835, os escritos que estavam na casa deles, em Belém, foram saqueados pelas tropas repressoras que destruíram os preciosos manuscritos. O que se salvou foi reunido em um volume póstumo *Obras literárias de Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha*, publicado em 1850, 39 anos após sua morte, tendo sua segunda edição em 1899 (COUTINHO, 2001). Dessa obra póstuma, extraímos o trecho de um poema citado por Azevedo (1904, p. 4) na obra *Anthologia amazônica*, para deleite:

SONETO

Se acaso aqui topares, caminhante,
 Meu frio corpo já cadaver feito,
 Leva piedoso, com sentido aspeito,
 Esta nova ao esposo afflicto, errante.

Dize como de ferro penetrante
 Me viste, por fiel, cravado peito.
 Lacerado, insepulto, e já sujeito
 O tronco frio ao corvo altivolante.

Que dum monstro inhumano, lhe declara
 A mão cruel me trata desta sorte,
 Porém que allivio busque á dor amara.

Lembrando-se que teve uma consorte
 Que, por honra da fé, que lhe jurara,
 A' mancha conjugal a morte.

3.9 Carlos Hipolyto de Santa Helena Magno

Carlos Hypolito de Santa Helena Magno nasceu em Muaná – Pará, à margem do rio Tauary, no engenho de Santa Maria, no dia 3 de agosto de 1848. Estudou preparatórios no Seminário da Carmo a no Colégio Paraense. Depois, em Pernambuco em 1867, se bacharelou em Ciências Jurídicas e oficiais. Ao retornar ao Pará, foi apontado pelo governo para a nomeação de lente de geografia do Liceu Paraense, por concurso que fez. Foi no extinto "Diário de Belém" que Santa Helena Magno deixou grande parte de suas produções literárias (AZEVEDO, 1904, p. 77).

Em Recife, enquanto ainda era estudante, publicou o seu primeiro livro de versos, intitulado "Harpejos poéticos" (1869), uma obra com versos raríssimos, segundo Azevedo (1904, p. 77). Neste livro, estão contidos os pensamentos de sua mocidade, as crenças, os

sonhos, as ilusões. Esse livro representa a fase mais bela de sua vida, cedo ceifada pelo infortúnio, “apagada cedo pela morte... Santa Helena Magno foi um grande desgraçado... provou até às fezes a ingratidão humana, com a resignação dos abnegados que só de Deus justiça esperam” (AZEVEDO, 1904, p. 77).

Eis o trecho de um poema de Santa Helena Magno:

SETE DE SETEMBRO
 Salve, aurora ridente e jubilosa
 De sete de setembro, em que fulgira
 Da liberdade a astro, afugentando
 Do céu da Pátria os túrbidos negrimes
 De feroz despotismo, — salve, salve!
 Sol do Ipiranga, que o Brasil festeja
 Na voz dos bardos, no troar dos bronzes,
 Nos hinos triunfantes, que modulados
 Por cem mil bocas, nas solidões longínquas
 Do Amazonas ao Prata vão soando;
 Tu que viste dos livres a bandeira
 Galharda tremular pressagiando
 Como um Iris de paz dias de glória;
 Eterno há de fulgir por entre as névoas
 Da descrença s dos ódios fratricidas,
 Vibrando e chama de encendrado brilho
 Do coração nas aras sacrossantas!
 Teu Nome há de ecoar vívido sempre,
 Grato e solene a ouvidos brasileiros!
 Liberdade e progresso! etéreos numes (AZEVEDO, 1904, p. 77).

3.10 Curcino Silva

Curcino Loureiro da Silva nasceu na cidade de Muaná - Pará, a 8 de janeiro de 1890, e morreu a 24 de julho de 1975. Formou-se em Direito em 1916. Sua vida pública iniciou-se como auxiliar da Folha do Norte. Foi promotor público da Comarca de Xingu (1917); foi também juiz substituto de Igarapé-Miri (1918); juiz de Direito de Afuá, Xingu e Vigia, desembargador do Tribunal de Justiça do Estado. Membro efetivo do Tribunal Regional do Pará (1932-1935).

A vocação literária deste autor despontou muito cedo, através da imprensa diária, da publicação de livros e de sua eleição para a Academia Paraense de Letras, na qual ingressou por causa do livro de versos Sarçaes (1916), sua obra mais conhecida. A obra física está disponível na Biblioteca Arthur Vianna, em Belém, porém até o momento não tivemos acesso a ela para obter mais informações.

3.11 Elmira Lima

Elmira Ribeiro Lima, poetisa paraense. Natural de Manaus. Ao mudar-se para Belém, filiou-se à Liga Feminina Lauro Sodré. Era casada com Arquimino de Lima. O casal era espírita. Fundaram juntos o Centro Espírita Caminheiros do Bem, usando seus talentos para a propagação dessa doutrina, mas Elmira continuou a luta pela causa feminista. Não se sabe sua data de nascimento e de morte, tendo apenas a informação de que morreu em Belém. Elmira foi uma das frentes feministas durante a luta das sufragistas no Brasil. Também foi secretária do mensário *Alma e Coração*, jornal propagador da doutrina de Allan Kaderk. Segundo o catálogo de obras raras da biblioteca Arthur Vianna, “um grande destino de beleza espiritual conduzia a jovem escritora à veemência do apostolado, tornando-se notável e seu progressivo surto idealístico, que atingiu posição de relevo” (PARÁ, 1998, p. 43). A autora escreveu: *O Livro d’alma*; *Rimos de luz*; *Seara de Jesus*, e o romance *A Reencarnação*, evidenciando nesse trabalho o conhecimento básico das teorias cientificamente demonstradas por Gabriel Delanne. No entanto, não se obteve nenhuma informação acerca destas obras. Em 1914, em Belém do Pará, publicou um livro de poesias intitulado *Alma em rithmos*. A obra física está disponível no acervo de obras raras e/ou preciosas da Biblioteca Arthur Vianna.

3.12 Edgar Proença

Edgar de Campos Proença usava também o pseudônimo de ‘Miracy’. Nasceu em Belém-Pará, em 1892. Edgar Proença se formou na Faculdade de Direito do Pará, mas nunca exerceu a profissão de advogado. Foi jornalista, pioneiro na Rádio fusão, fundada, com Roberto Camelier, Eriberto Pio e outros, a PRC5-A, uma das rádioemissoras mais antigas do Brasil. Iniciou sua carreira no jornalismo como repórter esportivo do antigo jornal ‘O Estado do Pará’. Depois, passou a redigir o noticiário da Rádio Clube do Pará. Tornou-se redator esportivo nos jornais ‘A Vanguarda’, ‘Folha do Norte’, ‘Flash’ e ‘O Liberal’. Era membro da Academia Paraense de Letras, ocupava a cadeira de n. 27 que tem como patrono Júlio Cezar Ribeiro de Souza. Como escritor, publicou: *Gravetos*; introdutor da *Crônica Social* na imprensa e *Colcha de retalhos*. Quanto a essa última, a obra física está disponível no acervo de obras raras e/ou preciosas da Biblioteca Arthur Vianna (PARÁ, 1998).



3.13 Euclides Faria

Euclides Faria nasceu em São Luís do Maranhão, em 14 de março de 1837, e morreu em Belém, em 1911. Foi poeta e jornalista. Após trabalhar na imprensa e em empregos públicos de seu estado, mudou-se para Belém-Pará. Neste estado, tornou-se um popular jornalista, comediógrafo, desenhista, caricaturista e crítico. Escreveu numerosas revistas de sucesso, tratando sobre assuntos regionais, como Amapá, quitutes e feitiços, compadre Lourenço e art nouveaux. Escreveu: Retratos a giz, uma obra poética; Arabescos: verso e prosa; Micellanea: verso e prosa e O Tacacá, um teatro. Não foram encontradas informações específicas das obras.

3.14 Francisco Bernardino de Souza

Nasceu na cidade de Itaparica, na Bahia, a 29 de janeiro de 1834. Mudou-se para o Rio de Janeiro em 1860, onde foi cônego da capital imperial, capelão e professor de religião, latim e português do Colégio Pedro II e lente de Geografia e Retórica do curso preparatório. Viajou às províncias do estado do Pará e de Amazonas. Mais tarde, retornou à Bahia, onde continuou a lecionar no magistério, foi nomeado examinador sinodal do arcebispado e admitido ao Instituto Histórico. Foi também um notável literato e escritor. Escreveu: Comissão do Madeira, Pará e Amazonas, O Noticiador catholico: periódico religioso; Compendio de historia universal por Victor Duruy, traduzida, etc. Não se obteve informações sobre as obras, apenas o livro ‘Lembranças e curiosidades do Valle do Amazonas’ está disponível no acervo da Biblioteca Arthur Vianna (PARÁ, 1998).

3.15 Francisco Ferreira de Vilhena Alves

Francisco Ferreira de Vilhena Alves nasceu em Vigia, Província do Pará, em 1847, e faleceu no dia 09 de julho de 1912, na capital do Pará. Educador e poeta paraense, inicialmente da corrente indianista; depois da sertanista. O autor pertenceu à Associação de Letras Mina Literária, fundada em 1895. Ele foi um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, em 1900, e membro da Academia Paraense de Letras. Contribuiu no jornal ‘A Província do Pará’ e em outros jornais existentes em Belém, assim como na revista Ciências e Letras (BLAKE, 1893). As obras de maior destaque do autor são: a) Selecta litteraria (1900): aprovada pelo conselho superior de instrução publica, cujo documento de aprovação está na própria obra. Esta obra aborda vários assuntos como: as terras do Brasil, a mulher, as crianças, a ciência, o ensino a escola, sermões entre outros, buscando resgatar a cultura nacional, mostrar as riquezas

naturais instigando o leitor a valorizar sua pátria; b) *Miscellanea Litteraria* (18--): esta obra reúne artigos literários que tratam de assuntos variados, como: o papel da mulher na sociedade, a amizade, os costumes no Pará e outros. A obra possui 180 páginas e está disponível virtualmente no acervo de obras raras da Biblioteca Arthur Vianna.

3.16 H. Inglez de Souza.

Herculano Marcos Inglês de Souza nasceu na cidade de Óbidos, em 1853, e morreu em 1918. Em Belém, estudou no Lyceu Paraense. Viajou para Recife e ingressou na Faculdade de Direito. Pediu transferência para São Paulo, para a veneranda Faculdade das Arcadas. Foi deputado estadual à Assembleia de São Paulo; Presidente das Províncias de Sergipe e do Espírito Santo, secretário do Tribunal de Apelação de São Paulo, diretor da Faculdade de Direito de Rio de Janeiro. O intelectual compareceu a sessões preparatórias da criação da Academia Brasileira de Letras, onde fundou a cadeira n. 28, que tem como patrono Manuel Antônio de Almeida. Na sessão de 28 de janeiro de 1897, foi nomeado tesoureiro da recém-criada Academia Brasileira de Letras. Sempre mostrou pendor pela imprensa e literatura. Sua vida profissional e literária foi toda desenvolvida no sul do país, não sendo muito difundida no Pará. Mas quase todos seus romances giram em torno da Amazônia, de seus costumes, de suas gentes, o que imprime um sabor todo especial à descrição envolvendo o comportamento das pessoas. Escreveu: *História de um pescador* (1876); *O Cacaulista* (1876); *O Coronel Sangrado* (1877); *Contos amazônicos* (1892), escrito com o pseudônimo de Luis Dolzoni, foi editado com o subtítulo de *Cenas da vida amazônica*; *O Acauan* (1880) publicou na *Revista Brasileira*.



Em 1876, publicou dois romances: *O Cacaulista* e *História de um Pescador*, depois mais dois, todos publicados sob o pseudônimo Luís Dolzani. Inglês de Souza foi o introdutor do naturalismo no Brasil. No entanto, seus primeiros romances não tiveram repercussão. A principal característica da obra é o enfoque no homem amazônico, acima da paisagem e do exotismo da região (LEANDRO, 2011).

Outra obra de destaque deste autor foi ‘*O missionário*’ (1891). Foi através dessa obra que Inglês de Souza ficou mais conhecido. Neste romance, ele descreve a vida em uma pequena cidade do Pará, retratando cenas regionais, culinária, a pesca, a caça, a farinha-d’água, o banho

de rio etc. Trata da cultura paraense da época e até utiliza a variação linguística nos diálogos entre personagens. Eis um pequeno trecho da obra:

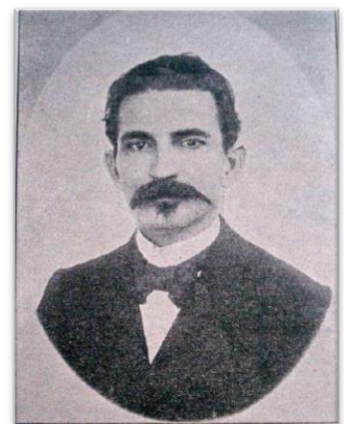
Eram monótonos os dias no sítio do furo da Sapucaia. Padre Antônio de Moraes acordava ao romper d'alva, quando os japins, no alto da mangueira do terreiro, começavam a executar a ópera-cômica cotidiana, imitando o canto dos outros pássaros e o assovio dos macacos. Erguia-se molemente da macia rede de alvíssimo linho, a que fora outrora do Padre-Santo João da Mata - espreguiçava-se, desarticulava as mandíbulas em lânguidos bocejos, e depois de respirar por algum tempo no copiar a brisa matutina, caminhava para o porto, onde não tardava a chegar a Clarinha, de cabelos soltos e olhos pisados, vestindo uma simples saia de velha chita desmaiada e um cabeção de canículo enxovalhado.

A obra *Contos amazônicos* (1893) também foi produzido pelo autor. Este livro é composto por vários contos de origem amazônica, por meio dos quais é retratada a vida no interior, tratando sobre ribeirinhos (caboclos) e a cultura amazônica. Eis o trecho de um dos contos da obra, *A quadrilha de Jacó Patacho*:

O pai e os irmãos escutaram também por alguns instantes, mas logo concordaram, com a segurança dos habitantes de lugares ermos:
 - É uma canoa que sobe o rio.
 - Quem há de ser?
 - A estas horas, - opinou a sora Maria dos Prazeres, - não pode ser gente de bem.
 - E por que não, mulher? - repreendeu o marido, - isto é alguém que segue para Irituia.

3.17 Hygino Amanajás

Hygino Amanajás nasceu em 15 de maio de 1852 na antiga Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Abaeté, hoje cidade de Abaetetuba, na localidade Rio Maracapucu, no estado do Pará. Faleceu em 17 de janeiro de 1921. Amanajás era adepto dos ideais republicanos. Era jornalista, um dos fundadores do Jornal “O Abaetetubense”, e seu diretor por 10 anos; advogado, escritor, deputado da Assembleia Legislativa, por três mandatos sucessivos, iniciando no 1º mandato do Governador Lauro Sodré até a proclamação da República, no governo do Dr. Joao Coelho (DUARTE, 2018).



Fez seus estudos primários em Abaetetuba, completando os secundários no Seminário Episcopal, sob as vistas dirigentes do prelado D. Antonio de Macedo Costa. Colaborou no seminário Estrela do Norte. Fundou e redigiu o *Abaeteense*. Filiado à antiga escola conservadora, foi eleito por várias vezes deputado à Assembleia Legislativa. As suas ideias evoluíram com a propaganda abolicionista para a República, sendo eleito deputado. Logo após a Constituinte do Estado, continuou a ocupar esta cadeira com brilhantismo e lealdade política. Autor de várias obras didáticas, dentre as quais destaca-se *Alma e coração*, *Contos e lendas paraenses* (PARÁ, 1998).

Hygino Amanajás, já no prefácio da 1ª edição da obra *A obra Alma e coração* (1905), reconhece a influência direta que teve do livro “*Cuore*”. Sendo que, o caráter monárquico do livro “*Cuore*”, de Edmundo de Amicis, foi substituído pelo espírito republicano no livro de Amanajás. Nessa obra, o autor retratou uma escola que não condizia com a realidade das escolas paraenses frequentadas pela maioria das crianças paraenses do interior, e mesmo pelas crianças da capital do Pará. A obra *Noções de educação cívica* (1898) traz, logo na capa, a informação de que foi aprovada pelo Conselho Superior de Instrução Pública para ser adotada nas escolas públicas. O livro tem 132 páginas, trata sobre os deveres e direitos dos cidadãos no período da República. O livro preza pelo amor à pátria, o conhecimento e respeito pelos símbolos da pátria, a constituição brasileira, a constituição paraense, o governo, a política, os três poderes. A obra é destinada aos meninos, no entanto, no final do livro há um pequeno texto que trata sobre o dever das mulheres nesse período.

3.18 Ignácio Moura

Ignácio Baptista de Moura nasceu na cidade de Cametá, a 31 de julho de 1857. Era filho do coronel João Gonçalves Baptista de Moura, um dos mais conhecidos oficiais do Exército Brasileiro. Ignácio Moura concluiu seus estudos primários na capital do Pará. Em 1875 terminava, no Liceu Paraense, os seus preparatórios. Nesse mesmo ano, migrou para o Rio, onde se matriculou na Escola Politécnica. No Liceu, Ignácio Moura revelou o seu talento, redigindo o periódico literário “*Aurora*”. No Rio de Janeiro, o autor contribuiu no jornal ‘*Pais*’ e na ‘*Gazeta de Notícias*’. Segundo Azevedo (1904), é um dos autores mais brilhantes da história paraense. Sempre se destacava nas causas altruístas. Muito talentoso, defendia a abolição da escravatura e o bem geral da nação.

Em 1885, por causa de suas ideias abolicionistas, foi eleito deputado provincial, pelo Partido Conservador. Em 1888, ocorrendo a abolição da escravatura, foi eleito deputado geral, porém não conseguiu assumir por causa da queda da casa de Bragança.

Em 1892, em colaboração com outros intelectuais paraenses, publicou o "Estado do Pará", uma obra científica e política que foi traduzida em francês e inglês, esgotando as edições. Em 1895, publicou a obra 'Exposição Benjamin Constant', um estudo crítico daquela época. Em 1900 imprimiu, na Europa, O seu livro "Vultos e Descobrimientos do Brasil e do Amazonas", trabalho em comemoração ao centenário da descoberta do Brasil. Era amigo dos operários assim como era amigo dos escravos, por isso, o Clube dos Artistas fez uma homenagem à Ignácio Moura dando à tribuna do Clube o nome dele (PARÁ, 1998).

Ignácio Moura se destacou como poeta na época dos líricos românticos, das poesias patrióticas e hugoanas, “fazendo seu verbo tropejar ou gemer, despedindo lavas de talento, ora lembrando-nos Hugo e Castro Alves, como na ‘Tempestade ao Génio’ e ‘Antítese’, ora Fagundes Varella e Casemiro de Abreu” (AZEVEDO, 1904, p. 114-115). Pode-se observar isso na poesia transcrita por José Eustáchio, citada a seguir:

A TEMPESTADE E O GENIO

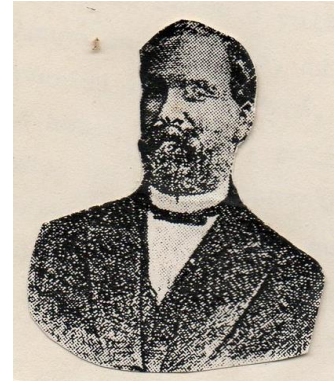
Quando o mar encapelado,
Na iúrla dos escarceus,
Levanta as ondas sanhudas,
Que se erguem até as céus,
Eu sinto poder gigante,
Daquele que num instante
Esta máquina elevou
Eu leio no panorama
Sublimes cenas de um drama,
Que Deus nas ondas traçou. (AZEVEDO, 1904, p. 115).

A obra de Ignácio Moura que catalogamos, ‘A Luz de outr’ora: contos e ligeiros estudos’ (1920?) ainda não se encontra no acervo online, está apenas disponível como obra física na seção de obras raras da Biblioteca Arthur Vianna, em Belém do Pará.

3.19 Joaquim Pedro Corrêa de Freitas

Joaquim Pedro Corrêa de Freitas nasceu em Cameté em 17 de agosto de 1829, e morreu em 12 de abril de 1888. Estudou em vários países da Europa. Formou-se em Medicina. Foi um dos homens que mais se interessou pela instrução pública no Pará. Foi professor e Secretário da Instrução no Pará. Eleito, ainda, Deputado provincial propugnado pelas causas populares.

Escreveu um Compêndio de Geografia e História do Brasil; um paleógrafo e vários livros de leitura. Foi defensor da abolição da escravatura e ajudava com seu próprio dinheiro para a instrução de pessoas pobres. Recusou vários títulos nobiliárquicos (BLAKE, 1893).



O ‘Paleographo ou arte de aprender a ler a letra manuscrita, para uso das escolas da Amazônia’ (19--?): trata-se de um livro produzido com letra manuscrita. A primeira edição da publicação do livro ocorreu em 1886 (DUARTE, 2018) com o título ‘Paleographo ou arte de aprender a ler a letra manuscrita, para uso das escolas da Província do Pará. Mas, na República, mudou para o nome citado acima. O livro aborda, inicialmente, assuntos variados como: o alfabeto minúsculo e maiúsculo, pronomes de tratamento, abreviações, meses do ano, numerais e apelidos. Depois são abordados temas republicanos, como: texto ufânico sobre Rio de Janeiro e textos que enaltecem várias cidades paraenses e textos sobre datas notáveis para o Brasil.

O autor também produziu a obra ‘Ensaio de leitura: para uso das escolas da Amazônia’ (1910), que teve a primeira publicação em 1882 no Império, sob o título de ‘Ensaio de leitura (1º, 2º e 3º)’. A versão de 1910 do livro foi publicada pela editora Jablonski Vogt & Cie. A obra apresenta um *design* bem trabalhado pois as gráficas francesas eram modernas em relação às gráficas brasileiras (DUARTE, 2018, p. 139).

3.20 João de Deus Rego

Poeta e jornalista nasceu em Caxias – Maranhão, em 22 de novembro de 1868, faleceu em Belém do Pará, em 30 de junho de 1902. Mudou-se ainda pequeno para a capital paraense. Em 1885, aos 17 anos, ingressou na imprensa paraense do ‘Diário de Belém’, como auxiliar de repórter. Depois, passou para o ‘Diário do Grão Pará’. Mais tarde trabalhou em ‘A República’. Posteriormente foi para a ‘Folha do Norte’, onde foi secretário de redação até sua morte. João de Deus foi um dos fundadores da Mina Literária e da Academia Paraense de Letras. Ele foi “escolhido para patrono da cadeira número 26, fundada pelo poeta e escritor Paulo Eleutério Sênior e atualmente está ocupada pelo escritor, jornalista e poeta Acyr Paiva Pereira de Castro” (PARÁ, 1998, p. 73). O poeta lírico deixou muitos versos esparsos pelos jornais e revistas do estado. Seus livros ‘Primeiras rimas: collecção de versos’ (1888) e ‘Ultimas rimas: versos’ (1905) se encontram na seção de obras raras da Biblioteca Arthur Vianna.

3.21 João Marques de Carvalho

João Marques de Carvalho nasceu em Belém do Pará, em 1866, e morreu em 1910. Aos onze anos, se mudou para Portugal com sua família. Lá estudou humanidades com um tio, homem de elevada sabedoria, até o começo de 1881, época em que foi morar em Paris, onde se aplicou ao estudo das letras. Voltou ao Pará em 1883. Coursou os três primeiros anos do curso jurídico na faculdade do Recife e exerceu, em sua pátria, o magistério como lente de português no arsenal de marinha. Depois, foi secretário geral da instrução pública. Acompanhou o Conde d'Eu em sua viagem ao Amazonas, como representante da Província do Pará. Devido à queda da monarquia, foi nomeado secretário do governo do estado do Pará (BLAKE, 1895).

3.22 José Carvalho

José Carvalho nasceu em Crato, Ceará, em 11 de fevereiro de 1872. Faleceu no Rio de Janeiro a 15 de dezembro de 1933. Foi um escritor dedicado ao folclore amazônico. Além disso, foi teatrólogo, historiador e jornalista. Membro da Padaria Espiritual e do Instituto Cearense; pseudônimo Cariri Braúna. Posteriormente, se mudou para a Amazônia e observou de perto os costumes do povo amazônico, o autor coletou lendas amazônicas e divulgou em suas publicações (PARÁ, 1998).

3.23 José Eustáchio de Azevedo

José Eustáchio nasceu em 20 de setembro de 1867 e faleceu em 5 de outubro de 1943, em Belém. Poeta e prosador, era mais conhecido pelo pseudônimo de “Jacques Rola”. Foi um dos fundadores da Associação Mina Literária, instalada em Belém no ano de 1895. Com a Mina, adotou o pseudônimo de uso obrigatório entre os associados – ‘Muriato’ (PARÁ, 1998).



Participou também da formação da Academia Paraense de Letras, “fundador e primeiro ocupante da cadeira nº 2, o que tem como patrono Dom Antônio de Macedo Costa. Publicou: Orquideas; Nevoeiro; A Viúva; Literatura Paraense, entre outros” (PARÁ, 1998, p. 7).

A obra *Anthologia Amazonica: poetas paraenses* (1904), de autoria de José Eustáchio de Azevedo, foi utilizada como fonte primária para a produção desta seção, pois, esse livro de leitura é composto pela biografia de poetas e literatos paraenses e apresenta alguns trechos de

poemas dos autores. A obra foi publicada pela Typ. da Casa Editora P. Barbosa, em 1904, e possui 198 páginas. Houve ainda uma segunda edição em 1918, publicada pela editora J. A. T. Pinto. Essa já possui 350 páginas. Mais tarde, em 1970, é publicada a terceira edição, pelo Conselho Estadual de Cultura. As três edições se encontram na seção de obras raras ou valiosas da biblioteca Arthur Vianna. A terceira edição foi digitalizada e está disponível no acervo *online*.

A obra *Musa eclectica: versos reeditados e inéditos* (1909) foi publicada no Pará pela Typographia Santos e possui 159 páginas. Não tivemos acesso à obra completa, mas conseguimos o trecho do poema ‘A borboleta’ deste livro, para deleite:

Lepidoptero estranho, abandonando a vida,
os óvos foi depôr
em tarde de Verão, clara, alegre, florida,
no caule de uma flôr.

Tempos depois, notei que a brisa perfumosa
apenas um formára
Dos óvos que ali vi, que em larva caprichosa
aos poucos, se tornára.

A lagarta era feia e provocava o nôjo
a quem a visse andar,
mólle, desengonçada, a se estorcer de nôjo,
sustento a procurar.

Assim ella viveu de todos desprezada,
errante pelos prados,
longas noites vernaes, de lua prateada,
purgando os seus peccados.

Quasi sem forças já de caminhar cançada,
descanço então lhe approveve
n’uma hórta gosar; e arrematou pousada
n’uma folha de Couve. (AZEVEDO, 1909, p. 19)

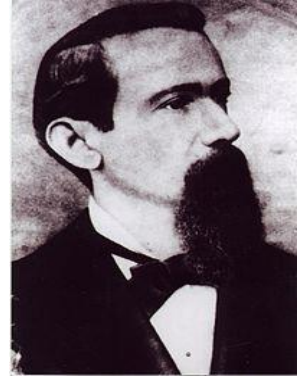
3.24 Julio César Ribeiro de Souza

Júlio César Ribeiro de Souza nasceu no dia 13 de junho de 1843, na Freguesia de São José do Acará, hoje município de Acará – Pará. Faleceu em Belém, no dia 14 de outubro de 1887. Era de família pobre. Iniciou seus estudos no seminário do Carmo em Belém (PARÁ, 1998).

Em 28 de maio de 1861, se mudou para o Rio de Janeiro, onde terminou o curso preparatório da Escola Militar. Em 1866, ingressou nas forças militares brasileiras para a Guerra

do Paraguai. Em julho de 1870, publicou o livro de poesias, *Pyraustas*, e em 1872 publicou a ‘Gramática portuguesa para as escolas primárias’, premiada pelo Conselho de Instrução Pública da Província do Pará e adotada por muitas escolas paraenses (PARÁ, 1998, p. 84).

Não tivemos acesso à obra *Pyraustas* (1870). Encontramos somente algumas informações descritas por Azevedo, o qual afirma que o livro ‘*Pyraustas*’ foi muito bem inspirado. Segundo ele, o livro de poesias de Julio César Ribeiro de Souza possui mais de 300 páginas “que por si só basta para o sagrar estheta das rimas” (AZEVEDO, 1904, p. 19).



3.25 Lucidio Freitas

Lucidio Freitas nasceu em Teresina, Piauí, em 05 de abril de 1894, e morreu em 1922, ainda muito jovem, aos 27 anos de idade. Mudou-se para o Pará. Em Belém, teve elevado reconhecimento como escritor e poeta, foi nomeado juiz de direito e professor na Academia de Direito do Pará. Fazia parte de um grupo literário denominado por Martins Napoleão de *Amazônidas*. Quando ficou doente de tuberculose, regressou à terra natal em busca de repouso e melhores ares e lá faleceu. Escreveu vários livros de poemas: *Alexandrinos*, um livro de sonetos, que teve colaboração de seu irmão Alcides Freitas; *Minha Terra e Vida obscura: versos* (PARÁ, 1998).



3.26 Luiz Demetrio Juvenal Tavares

Nasceu em Cametá em 21 de junho de 1850 e morreu em 30 de junho de 1907, na mesma localidade. Era descendente de uma família de bandeirantes paulistas, se orgulhava disso. Estudou no Seminário de Santo Antônio, por isso foi muito considerado pelo prelado D. Antonio de Macedo Costa. Sempre mostrou tendência para a poesia popular, por isso foi considerado pelos críticos como um poeta verdadeiramente nacional.

Seu primeiro livro, em versos, foi *Pirilampos*, publicado em 1877. Juvenal Tavares foi um dos principais redatores da revolucionária *Tribuna*. Foi muito perseguido pelas suas ideias livres. Refugiou-se em Cametá, fundando ‘*O Cametaense*’, órgão do Partido Liberal da cidade, exerceu o cargo de promotor público durante cinco anos. O intelectual também trabalhou na redação de ‘*A Província do Pará*’ e ‘*Diário de Notícias*’. Depois, com o pseudônimo de ‘*Canuto, o Matuto*’, escreveu vários contos de costumes paraenses. Publicou, ainda, os seguintes livros:

A Vida na roça: contos; Casos e mais casos: contos; A Vapor e a cavalo: impressões de viagens; A Viola de Joana: versos populares; O Maldito; Lira popular, entre outros (BLAKE, 1893).

Aos 22 anos, quando já professor de português e francês no colégio de Santa Maria de Belém, Juvenal Tavares publicou o seu primeiro livro em versos "Pirilampos", que foi bem recebido pela Imprensa do país.

A obra *Serões da mãe preta: contos populares para crianças* (1897) é dedicada aos meninos da Amazônia, possui 90 páginas. Trata-se de uma narrativa na qual a 'mãe preta' conta várias histórias de ficção às crianças. Nessas histórias, os personagens são animais que falam, como: jabuti, veado, onça, papagaio etc. Ao final do livro, há algumas poesias sobre temas variados. O livro encontra-se digitalizado no acervo online da Fundação Cultural do Pará, a obra física está na Biblioteca Arthur Vianna, mas não está mais disponível para consulta devido ao estado desgastado.

A obra *Ensino cívico: noções e princípios geraes educação cívica e direito pratico* (1892) é um livro de leitura que possui 74 páginas e trata sobre a República. A obra é escrita em versos, contendo várias poesias de homenagem à República e às pessoas que estavam relacionadas às conquistas republicanas, como Benjamin Constante, Floriano Peixoto, Lauro Sodré etc.

Eis o trecho de um poema de Luiz Demetrio, extraído da obra de Azevedo (1970, p. 86):

A Tarde
 Como a noite tão triste vem caindo!
 Oh! como triste vai fugindo o dia!
 E minha alma se tolda de tristeza,
 E nem tenho uma nota de harmonia.
 Uma réstea de luz lá não lobrigo,
 E meu peito transborda de amargor;
 Nesta vida eu não logro uma alegria
 Nem um amor!
 Meu coração quebrou-se em cruéis dôres,
 Minha face de luto se cobriu,
 Vivo triste sem glória e sem futuro
 E tão cedo a fortuna me fugiu!

3.27 Raul de Azevedo

Nasceu em São Luís do Maranhão, em 03 de fevereiro de 1875 e morreu no Rio de Janeiro, em 29 de abril de 1957. Foi contista, teatrólogo, romancista, crítico, ensaísta e político. Membro das Academias Amazonense, Maranhense e Cearense de Letras; membro da Mina

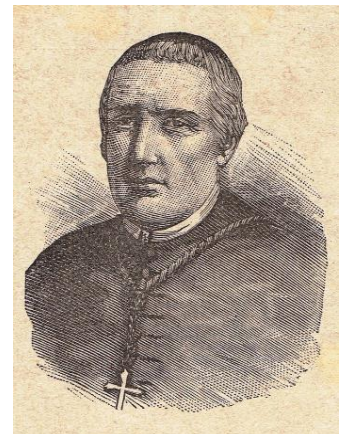
Literária, Belém – Pará. Utilizava os pseudônimos: Iberê e Raulim. Raul de Azevedo foi fundador de ‘A Gazeta Postal’ de Belém, A Fôlha do Amazonas, do estado do Amazonas. Foi fundador e diretor da revista Ocidente de Portugal. Escreveu: *Ternuras: contos; Na rua: crônica; A Esmo: crônica; Doutor Renato: romance; Homens e livros: crítica* e outros (PARÁ, 1998). As obras catalogadas estão disponíveis na seção de obras raras da Biblioteca Arthur Vianna.

3.28 Rocha Moreira

O autor José da Rocha Moreira nasceu no Ceará e faleceu em Belém do Pará, porém não se sabe em quais datas. Foi redator da Folha do Norte e da revista ‘A Semana’, colaborou permanentemente na Belém Nova, uma revista que encampou a Semana Modernista de São Paulo. Ocupou a 37ª cadeira na Academia Paraense de Letras. Escreveu vários livros como: *Brocatellos; Versos pagãos, Pompas; Pan;* entre outros (PARÁ, 1998).

3.29 (Dom) Romualdo de Sousa Coelho

Romualdo de Sousa Coelho nasceu em Cameté, Província do Pará, em 7 de fevereiro de 1762, e faleceu em 15 de fevereiro de 1841. Foi o 8º Bispo do Pará. Além disso, foi apresentado à cadeira episcopal em 22 de janeiro de 1819, no Rio de Janeiro, onde ficou esperando a bula pontifícia que ocorreu a 1º abril de 1821. Dom Romualdo foi o varão de uma caridade exemplar do Conselho de sua Majestade o Imperador, cavaleiro professo da Ordem de Cristo e Cavaleiro da Ordem da Villa-Viçosa, de Portugal (PARÁ, 1998).



3.30 (Dom) Antonio de Macedo Costa

Considerando que o objeto de estudo deste trabalho é da autoria de Dom Macedo Costa, dedicamos um espaço maior para falar desse educador.

Antonio de Macedo Costa nasceu no Engenho de Nossa Senhora do Rosário de Copioba – do qual seu pai era proprietário – em Maragogipe, Província da Bahia, no dia 7 de agosto de 1830. Como Antonio de Macedo nasceu e foi criado em uma família católica, desde muito cedo ele se consagrou ao sacerdócio (BLAKE, 1883, p. 246).



De acordo com Blake (1883, p. 246), Antonio de Macedo Costa iniciou seus estudos no Seminário da Bahia e terminou no Seminário de Sulpício, na França. Lá, também foi ordenado ao presbiterato em uma cerimônia realizada em Paris no dia 19 de dezembro de 1857. Ao retornar para o Brasil foi eleito bispo do Pará em 1 de agosto de 1861.

Na década de 1870, o governo episcopal de D. Macedo Costa enfrenta a chamada “Questão religiosa”, que foi um conflito ideológico entre a igreja católica, a maçonaria e o governo imperial. Nesse período, o governo imperial decretou que todas as decisões tomadas pela igreja deveriam antes ser avaliadas pelo governo. Entretanto, quando o papa ordenou que fossem expulsos da igreja católica todos os que professavam a fé no catolicismo, mas se envolviam com a maçonaria, Dom Macedo Costa atendeu a ordem do Papa sem consultar o Estado. Assim, os maçons foram denunciar ao governo e Dom Macedo Costa foi preso e condenado a quatro anos de trabalhos forçados na Ilha das Cobras, no Rio de Janeiro.

Infelizmente suas idéas religiosas, excessivamente exageradas, o levaram a tomar parte activissima no conflito religioso de 1873 a 1875, pelo que foi responsabilizado de conformidade com a legislação do paiz, condenado pelo supremo tribunal de justiça no art. 96 do código criminal, a quatro anos de prisão, e recolhido á fortaleza da Ilha das Cobras, d'onde tirou-o, poucos mezes depois, o perdão da corôa (BLAKE, 1883, p. 247).

Depois de quase trinta anos da nomeação como bispo do Pará, no dia 16 de junho de 1890, D. Macedo Costa foi nomeado para a Arquidiocese de Salvador da Bahia, porém, faleceu em Barbacena, Minas Gerais, no dia 20 de março de 1891, antes de ter tomado posse do título religioso (DUARTE, 2018, p. 166).

Além de bispo do Pará, Dom Macedo Costa foi um reconhecido educador e escritor. Produziu vários compêndios, cartas pastorais, artigos e outros, sempre com a religião e a civilização em foco. Colaborou com políticas de investimento na educação religiosa de crianças paraenses. Duarte (2018, p. 186) aponta algumas das instituições criadas ou apoiadas por Dom Antonio de Macedo Costa: “os seminários de Santo Antônio e Filial, o Colégio Nossa Senhora do Amparo, o Asilo Santo Antônio, a Escola de Artes e Ofícios e o Instituto Industrial e Agrícola Providência.”

Documentamos, no capítulo 2 deste trabalho, 6 livros escritos por Antonio de Macedo Costa: *Resumo da historia biblica ou narrativa do velho e novo testamento*, *Narrações bíblicas*,

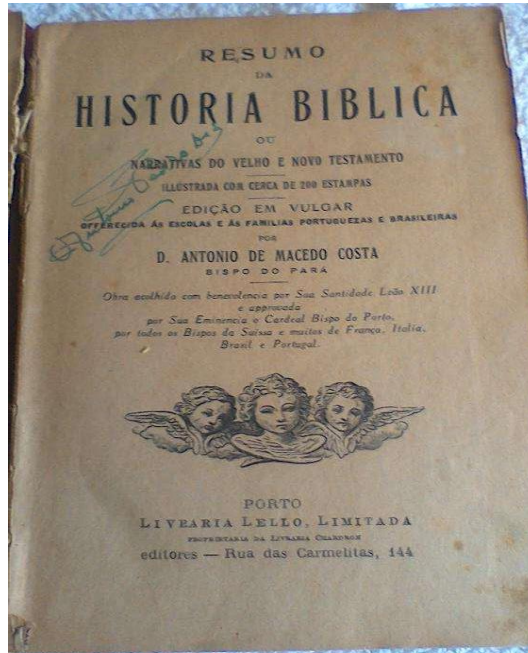
O livro da família, Deveres da família, Amazônia: meio de desenvolver sua civilização e Compendio de Civilidade, que é o objeto deste trabalho. Tratarei brevemente de algumas dessas obras.

O livro *Resumo da historia biblica ou narrativa do velho e novo testamento* foi publicado em 1872. Oferecido às escolas e a todas as famílias brasileiras, é ilustrado com cerca de duzentas estampas. O livro foi publicado numa edição “em vulgar”. Não se obteve mais informações sobre ele, por ser um livro muito raro. Encontrei apenas a capa e a folha de rosto da obra:

Imagem 1 – Capa do livro *Resumo da História Bíblica*



Fonte: site de vendas da OLX global

Imagem 2 – folha de rosto do livro *Resumo da História Bíblica*

Fonte: site de vendas da OLX global

O livro *da família* foi criado em 1879, porém, só foi publicado oficialmente em 1930, pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, no centenário do nascimento de Dom Macedo Costa. O livro é destinado às famílias paraenses e trata sobre regras matrimoniais, o que se deve ou não fazer, de acordo com o catolicismo (DUARTE, 2018).

Deveres da família foi publicado em 1875. Esta obra tinha por objetivo desenvolver os princípios de “caridade cristã” nas famílias, bem como os princípios da doutrina católica e alguns deveres dos membros das famílias. O livro é destinado principalmente às mães, filhas ou outras figuras femininas da família e aos outros que dependessem do patriarca. O livro foi oferecido aos católicos brasileiros (DUARTE, 2018).

O livro *Amazônia: meio de desenvolver sua civilização* é resultado de uma conferência ministrada por Dom Macedo Costa na província de Manaus. A obra foi publicada em 1884 e trata sobre projetos da diocese para o desenvolvimento da Amazônia. Naquele período, o estado do “Amazonas estava vinculado à diocese do Grão-Pará (DUARTE, 2018, p. 208).

O livro de leitura *Compendio de Civilidade christã* (1880) teve grande circulação no Pará e no Brasil. Foi aprovado pelo Conselho Superior de Instrução Pública para ser utilizado nas escolas paraenses. A obra é destinada aos meninos e oferecida às famílias e às escolas brasileiras. O livro trata sobre como um menino polido e civilizado deve agir no seu cotidiano. Trataremos sobre este livro de forma mais aprofundada no capítulo *Discursos polifônicos sobre civilidade e linguagem no Compendio de Civilidade Christã*, a seguir.

4 DISCURSOS POLIFÔNICOS SOBRE CIVILIDADE E LINGUAGEM NO COMPENDIO DE CIVILIDADE CHRISTÃ

Neste capítulo, buscaremos verificar como a ideia de civilidade estava relacionada ao uso da língua no Pará e no Brasil do século XIX. Para isso, analisaremos o livro de leitura *Compendio de Civilidade Christã*, de Dom Antonio de Macedo Costa, sob o ponto de vista da análise polifônica.

No final do século XIX, muitos livros eram aprovados pelo Conselho Superior de Instrução Pública se estivessem de acordo com as ideologias do governo. A obra *Compendio de civilidade cristã* é carregada de ideologias relacionadas a princípios e regras sobre a educação de meninos.

Influenciado por ideias francesas, Dom Macedo Costa aborda temas relacionados aos comportamentos da criança à mesa, na hora de comer, de dormir, de brincar, e até de falar⁵, porque era essa a mentalidade que a elite queria incutir na criança brasileira.

A primeira edição do compendio foi publicada em 1880 pela Typ. da Livraria Francisco Alves, mas a edição sob análise neste trabalho é de 1915. O livro possui 174 páginas, o tamanho é de 18cm de altura e 12cm de largura.

A obra se divide em três partes: 1^a – ‘Da modestia que deve apparecer no meneio do nosso corpo’; 2^a – ‘Do decoro com que devemos fazer as acções comuns e ordinarias’; 3^a – ‘Exemplos’. A primeira parte do livro é composta por 9 capítulos e trata sobre a modéstia que deve aparecer no meneio do corpo. Nessa parte, Dom Macedo apresenta “regras de comportamento no trato com o corpo em geral, com a cabeça, as orelhas, os cabelos, o rosto, os olhos e os olhares, o nariz, a boca, os lábios, os dentes, a língua, a fala, os braços, as mãos, os dedos, as unhas, os joelhos, as pernas e os pés” (DUARTE, 2018, p. 214).

A segunda parte é composta de 14 capítulos e trata sobre o modo como os meninos devem agir ao: levantar, deitar, trocar de roupa, visitar alguém, dar ou receber um objeto, saudar alguém, tratar pessoas de hierarquias “superiores”, iguais ou “inferiores”. Também: durante as conversações, antes, durante e depois da comida, no recreio. Como: pedir carta de empenho, escrever uma carta e agir quando estiver na igreja. O autor também apresenta nesta parte dez regras do bem viver. (DUARTE, 2018)

A terceira parte expõe 37 exemplos sobre diferentes temas acerca da civilidade, tais como: a verdadeira e a falsa polidez, o comportamento adequado para ser um bom menino, a

⁵ Temos como foco desta análise as propostas de uso da língua prescritas no compêndio.

importância de ter um espírito agradecido, o respeito aos mestres, as consequências de atitudes reprovadas pelas regras da civilidade.

Para fazer a análise da obra, utilizamos ideias de Bakhtin (1997)⁶ como referencial teórico. Em uma análise bakhtiniana da linguagem, não há categorias preestabelecidas a partir das quais o pesquisador enquadra e analisa seus dados. Mas, didaticamente, separaremos três categorias para essa análise: alteridade, enunciado e polifonia. Brait (2006, p. 20-21) afirma que “um dos maiores ensinamentos de Bakhtin é a atitude diante da linguagem, que consiste não na aplicação de conceitos preestabelecidos, mas numa atitude dialógica que permite extrair conceitos do corpus analisado.”

4.1 DISCURSOS POLIFÔNICOS: CIVILIDADE E LINGUAGEM

A civilidade e a linguagem estavam estreitamente relacionadas no século XIX. Nesse período, para ser considerado um indivíduo polido era necessário ter um comportamento refinado, isso implicava inclusive em como dialogar com alguém.

O conceito de civilidade vai se ressignificando ao longo dos séculos.

Com a lenta extinção da nobreza guerreira baseada no cavaleiro e no senhor feudal e a formação de uma nova aristocracia de monarcas absolutos no curso dos séculos XVI e XVII, o conceito de civilidade elevou-se lentamente à categoria de comportamento social aceitável (ELIAS, 1990, p. 112).

No século XVIII, o clero se torna propagador dos costumes da corte na Europa, de acordo com Elias (1990, p. 111), “A civilidade ganha um novo alicerce religioso e cristão. A Igreja revela-se como tantas vezes ocorreu, um dos mais importantes órgãos da difusão de estilos de comportamento pelos estratos mais baixos”. Neste momento, a civilidade passa a ser uma virtude relacionada a Deus.

Como nesse período a Igreja era responsável pela educação, o clero passa a produzir livros que eram “Usados como manuais na educação elementar de crianças, esses livretos eram impressos e distribuídos juntamente com as primeiras lições de leitura e escrita” (ELIAS, 1990, p. 111).

⁶ Não utilizaremos as teorias do livro ‘Marxismo e filosofia da linguagem’ por causa da polêmica da autoria da obra. Nem discutiremos sobre o assunto por não ser o foco deste estudo, sendo que há vários trabalhos de grande credibilidade destinados especificamente a essa discussão.

A obra ‘Compendio de Civilidade Cristã’ é carregada de vozes sociais que buscam legitimar uma forma de comportamento socialmente aceitável no século XIX.

No subcapítulo a seguir, faremos uma análise polifônica dos discursos do Compendio de Civilidade Christã, para isso, abordaremos as seguintes categorias bakhtinianas: enunciado, polifonia e alteridade.

4.2 ENUNCIADO

O ato de transformar a língua em fala é a enunciação, o que já está dito é o enunciado e quem fala é o enunciador. De acordo com Bakhtin (1997), o enunciado é a unidade da comunicação verbal, como se observa no texto abaixo:

A indeterminação e a confusão terminológicas acerca de um ponto metodológico tão central no pensamento lingüístico resultam de um menosprezo total pelo que é a unidade real da comunicação verbal: o enunciado. A fala só existe, na realidade, na forma concreta dos enunciados de um indivíduo: do sujeito de um discurso-fala (BAKHTIN, 1997, p. 293-294).

Bakhtin (1997) afirma que as pessoas não trocam entre si orações, nem palavras, ou combinações de palavras, mas sim enunciados, que são constituídos de palavras, combinações de palavras, orações.

Ao tratar de enunciado, deve-se ter em mente a interação verbal que acontece entre as pessoas. Bakhtin (1997) opõe-se às ideias que reduzem a linguagem a um mero código e ignoram que por meio do discurso as pessoas interagem socialmente.

Bakhtin postula também que

Todas as esferas da atividade humana, por mais variadas que sejam, estão sempre relacionadas com a utilização da língua. Não é de surpreender que o caráter e os modos dessa utilização sejam tão variados como as próprias esferas da atividade humana, o que não contradiz a unidade nacional de uma língua. A utilização da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos), concretos e únicos, que emanam dos integrantes duma ou doutra esfera da atividade humana (BAKHTIN, 1997, p. 279).

O enunciado concreto “nasce, vive e morre no processo de interação social entre as participantes da enunciação. Sua forma e significado são determinados pela forma e caráter

desta interação.” (BRAIT, 2005, p. 76). O enunciado concreto está além da abstração linguística. Ele se concretiza na interação verbal.

Nessa perspectiva, o enunciado e as particularidades de sua enunciação configuram, necessariamente, o processo interativo, ou seja, o verbal e o não verbal que integram a situação e, ao mesmo tempo, fazem parte de um maior histórico, tanto no que diz respeito a aspectos (enunciados, discursos, sujeitos etc.) que antecedem esse enunciado específico quanto ao que ele projeta adiante (BRAIT, 2005, p. 74)

Na obra ‘Compêndio de Civilidade Christã’, os enunciados são organizados em forma de diálogos e a construção composicional do livro é em forma de perguntas e respostas. A organização em forma de perguntas e respostas possibilita uma leitura menos cansativa e torna mais fácil ao aluno memorizar (DUARTE, 2018). Como se verifica no trecho a seguir:

— E que pensar dos que proferem palavras torpes?
 — Estes taes mostram-se tambem muito alheios aos dictames da sabedoria. Devemos ter horror de toda a palavra obscena, mesmo das que são só equivocadas, isto é, d'aquellas que têm duplo sentido, um bom, outro torpe. Estas palavras, por mais encoberto que seja o seu sentido, são sempre infamias que mancham os labios de um homem honesto, e devem ser banidas das conversações decentes.

De acordo com Duarte (2018, p. 222), “A construção composicional do Compêndio de Civilidade Cristã tem um objetivo semelhante ao dos catecismos organizados em forma de perguntas e respostas, os quais constituíam uma novidade no século XVI.”

4.3 POLIFONIA

Em um mesmo texto, ocorrem diferentes vozes que se cruzam, pois todo discurso é formado por diversos discursos. A polifonia envolve um texto no qual se percebem muitas vozes sociais que surgem e se entrecruzam em um contexto ideológico.

A polifonia pode ser explicada fazendo-se analogia a um coral, onde a posição do autor é como regente do grande coro de vozes, que seriam essas que participam do processo dialógico. A polifonia se define pela convivência e pela interação, em uma multiplicidade de vozes e consciências independentes (BRAIT, 2005). Além disso, nesse meio interacional, todo discurso se constitui como uma resposta a outro discurso.

Bakhtin (1997) descreve uma particularidade da polifonia:

O caráter inacabável do diálogo polifônico (diálogo acerca das grandes questões). São individualidades inacabáveis que travam semelhantes diálogos e não sujeitos psicológicos. Desencarnação dessas individualidades (BAKHTIN, 1997, p. 392).

Cada discurso mantém relações dialógicas com outros discursos porque todo discurso nasce como resposta a outros discursos. Estes podem ser anteriores ou podem vir depois dele. Neste último caso, o discurso requer uma resposta que ainda não existe (DUARTE, 2018).

A obra de Dom Macedo Costa é atravessada por vozes sociais. O próprio título ‘Compendio de Civilidade Cristã’, já anuncia isso. Ao utilizar o termo ‘civilidade’, verifica-se uma ideologia civilizatória, ou seja, que almeja formar pessoas civilizadas, bem-educadas. Este era um termo muito mencionado no Brasil no final do século XIX (DUARTE, 2018).

- Que se entende por civilidade?

_ Entende-se por civilidade ou polidez um conjuncto de atenções e delicadezas próprias a tornar amavel, decoroso e agradavel o nosso trato com os outros homens.

_ É necessario aprender e pôr em pratica as regras de civilidade?

Não ha duvida que sim; pois, se bem que sejam muitas d’ellas de si arbitrias e convencionaes, estão admittidas como lei entre as nações cultas, e sem ellas faltaríamos á caridade e ao bem-viver (COSTA, 1915, p. 9).

Na primeira pergunta, utiliza-se o termo civilidade. Esta palavra era objeto de discussão na Europa neste período. Assim, observa-se a presença de vozes ideológicas neste discurso, pois o próprio termo ‘civilidade’ é polifônico. Essas vozes estão cruzadas com outras vozes. Por exemplo, na Europa a civilidade estava associada ao bom súdito e bom cristão. Ter obediências às regras do comportamento adequado foi uma forma que o governo encontrou para controlar o povo.

A segunda pergunta e a resposta colocam a civilidade como uma convenção, pois, como destacamos na introdução deste subcapítulo, a civilidade estava relacionada aos modos e costumes socialmente aceitos. Nessa época, a elite brasileira queria viver de acordo com os padrões europeus. Essa convenção está expressa em costumes e modos de acordo com a ideologia francesa (DUARTE, 2018).

Na introdução do capítulo X da primeira parte do compendio, que trata sobre conversação, o autor cita um provérbio popular e, em seguida, um trecho da Bíblia Sagrada para justificar sua tese. Assim, nesse trecho, observa-se a presença de várias vozes sociais em uma unidade de sentido:

Falar muito, ás tontas, sem criterio, é próprio de animo leve. Quem muito fala, muito erra, diz o nosso proverbio popular, e tem-se visto de uma palavra inconsiderada saírem consequencias desastrosas. *O coração dos insensatos está-lhes na boca, e a boca dos sabios está-lhes no coração*, diz a Escripura. (COSTA, 1915, p. 71)

Dom Macedo Costa evoca regras de civilidade para prescrever como se deve falar. Há um índice de polifonia entre o discurso do autor e o provérbio popular e a Bíblia quando asseguram que não se deve falar muito.

No período em que o *Compendio de Civilidade Christã* foi publicado e distribuído nas escolas, o ensino da língua era pautado simplesmente no reconhecimento das normas da gramática normativa, por isso foram muito valorizadas as gramáticas normativas, manuais, compêndios que ensinassem essas normas. Também se manteve como ideal linguístico apenas a variante culta de prestígio, aquela que era usada pelas classes dominantes.

Esse tipo de ensino da língua exclui a realidade linguística do falante, porque não leva em consideração o uso da língua. Além disso, mantém os ideais linguísticos baseados nos textos escritos, de preferência, aqueles textos que foram canonizados na literatura clássica. Segundo Ramos (2003, p. 1970), a “priorização da variante culta da língua criou o preconceito linguístico em relação aos possíveis usos decorrentes das mudanças sociais”.

Apesar de o compendio ser um livro de leitura, aborda, em alguns capítulos, assuntos relacionados à gramática, como: pronúncia das palavras, acentuação, conjugação de verbos, colocação pronominal, sintaxe, uso do vocabulário, pronomes de tratamento etc.

Quanto à pronúncia das palavras, Dom Macedo legitimava a variante culta da língua. Ao criticar algumas formas de pronúncia, o autor gera preconceito linguístico⁷. Seu discurso surge como resposta às ideias de preconceito linguístico defendidas por autores contemporâneos. O autor descreve que

Não é raro achar entre nós pessoas que pronunciam mal as vogaes, dizendo, por exemplo: *Mi deu, ti feriu, lhi disse, si matou, di repente, qui eu vi*; em vez de: *Me deu, etc.* Pronunciam ainda: *Acreditar, appetite, gemido, concidido, colligial, atrivido, ciar, pitição, filiz, binigno, alfandiga, nomiar, pivide, siminario, sintinella, sipultura, sirviço, dismintir, disimbargador, savoriar, pichinhos*, em vez de *acreditar, appetite, gemido, etc.* Dizem *jugo, jogo*, em vez de *jogo, jugo*. *Todo* em vez de *tudo*, e *tudo* em lugar de *todo*; espôsos em lugar de espôsos, etc (COSTA, 1915, p. 80-81).

⁷ O preconceito linguístico é um ato que “se baseia na crença de que só existe uma única língua portuguesa digna deste nome e que seria a língua ensinada nas escolas, explicada nas gramáticas e catalogada nos dicionários” (BAGNO, 1999, p. 40). Sendo assim, “Qualquer manifestação linguística que escape desse triângulo escola-gramática-dicionário é considerada, sob a ótica do preconceito linguístico, ‘errada, feia, estropiada, rudimentar, deficiente’, e não é raro a gente ouvir que ‘isso não é português’”. (BAGNO, 1999, p. 40)

Em relação à acentuação, o autor afirma que “Outros accentuam mal as syllabas, fazendo breves as longas e longas as breves. Assim dizem catastróphe, em vez de catástrophe, periféria, em vez de perifería, etc.” (COSTA, 1915, p. 81).

Acerca da conjugação de verbos, no Compendio, se destaca-se:

Outros erram na conjugação dos verbos, dizendo, por exemplo: *Eu foi, truxe, acareceio, alumeio, copeio; tu degires, tusôas, tu sentencias; ellereséste, admite; nós fumos, nós semos, nós estêmos*; em vez de dizer: *Eufui, trouxe, acarício, allumio, copio; tu digeres, tu suas, tu sentenceias; elle resiste, admite; nós fomos, somos, estamos. Se elle dispor, compor, descompor*, em vez de *se elledispozer, compozer, descompozer* (COSTA, 1915, p. 81).

Já sobre a sintaxe, o autor afirma que “Erram outros na construcção das phrases: *Se podéres vir, fico-te obrigado*; deve ser: *Se podéres vir, ficar-te-ei obrigado*, ou então: *Se podes vir, fico-te obrigado. Pedro e Antonio veio*, em vez de: *Pedro e Antonio viéram* (COSTA, 1915, p. 82).

Por fim, outro exemplo que dou é quando o autor trata sobre o uso do vocabulário. Ele descreve “galicismos”⁸, que as pessoas estavam usando muito nesse período:

Outros usam de horrendos gallicismos, como *golpe de vista*, em vez de *lance d'olhos*, ou *panorama*; *chefe d'obra*, em vez de *obra prima, primor d'arte*; *massacre*, em vez de *morticínio, matança*; *nuança*, em vez de *gradação de cores*; *susceptivel*, em vez de *espinhado, vidrento; palpitantede interesse*, em vez de *interessantissimo*; *compenetrado de idéa*, em vez de *persuadido, bem inteirado*; *cavallo de batalha*, em vez de *argumento Achilles*; *indemnidade para a jornada*, em vez de *ajuda de custo*; *abstracção feita*, em vez de *prescindindo*; *conveniencias sociais*, em vez de *decoro*; *cairdas nuvens*, em vez de *ficar pasmado, attónito*; *ser forte em historia*, em vez de *saber bem a historia*, ou *ser habil, perito na historia*, ou *fazer d'ella o seu forte* (COSTA, 1915, p. 82).

Como pode-se observar, o compendio busca legitimar a variante culta da língua portuguesa. com base nas prescrições europeias. Para o autor, o menino civilizado ‘não pronuncia mal as vogais’, ‘não erra conjugações de verbos’, ‘não usa horrendos galicismos’.

No enunciado “— Podeis indicar-me alguns erros grammaticaes em que se cae mais commumente na conversação? — De boa vontade: Não é raro achar entre nós pessôas que pronunciam mal [...]” (COSTA, 1915, p. 80), Dom Macedo Costa estabelece um discurso polifônico quando afirma que algumas pessoas cometem “erros gramaticais”, pois sabe-se que um discurso se constitui em resposta a outro discurso. Nesse contexto histórico, existiam duas

⁸ Palavras ou expressões de origem francesa, ou afrancesadas.

ideologias para a educação no Brasil. Uma centrada no nacionalismo, amor à pátria e com educação própria para o país. Outra é ainda centrada na cultura europeia, com uma educação baseada, neste caso, nas prescrições de Portugal. Sendo assim, há vozes sociais que tentam legitimar-se no enunciado de Dom Macedo: as vozes que defendiam o português brasileiro e afirmavam que muitos casos considerados como erros gramaticais, na verdade eram fenômenos próprios da nossa língua.

Acanhadíssimas são as melhorias desse triste estado de cousas, e ainda hoje, a maioria dos livros de leitura si não são estrangeiros pela origem, são-no pelo espirito. Os nossos livros de excerptos é aos autores portuguezes que os vão buscar, e a autores cuja classica e hoje quasi obsoleta linguagem o nosso mal amanhado preparatorio de portuguez mal percebe. São os Fr. Luiz de Souza, os Lucenas, os Bernardes, os Fernãos Mendes e todo o classicismo portuguez que lêmos nas nossas classes da que aliás começa a tomar nos programmas o nome de nacional (VERÍSSIMO, 1906, p. 5).

As vozes sociais referendam as normas que estavam mais ligadas ao português europeu. Esse discurso é atravessado pelo discurso do eurocentrismo, onde acreditava-se que a cultura europeia era superior às outras culturas no mundo. Assim, no discurso de Dom Macedo se legitima a ideia de “superioridade da cultura europeia sobre a cultura brasileira. Essas vozes sociais são apreendidas nos discursos de intelectuais brasileiros, principalmente os autores de livros didáticos, como Dom Macedo Costa” (DUARTE, 2018, p. 286). Observa-se, na contemporaneidade, um discurso que surge como resposta à ideia de um português baseado nas prescrições europeias:

O sujeito que fala o português brasileiro é distinto do sujeito que fala o português de Portugal e isso é elaborado pela autoria do gramático brasileiro do século XIX, dadas as condições de produção dessa autoria e do sentido da gramatização nesse momento. Além disso, essa autoria legitima, ao mesmo tempo, a relação do brasileiro com a escrita. Temos uma língua, temos uma gramática, e temos sujeitos brasileiros da (nossa) escrita (ORLANDI, 1997, n. p.).

A discussão sobre a gramatização do português brasileiro é atravessada por uma ideia de civilidade da língua que dialoga de forma polêmica com as ideias do século XIX representadas por Dom Macedo Costa, posto que, defende que “mais do que um processo de construção de um saber sobre a língua nacional, tem como consequência algo mais substancial e definidor: a constituição de um sujeito nacional, um cidadão brasileiro com sua língua própria, visível na gramática” (ORLANDI, 1997, s/p.)

O autor do Compendio destaca ainda que “muitos e muitos pronunciam errado, sem o accento conveniente, martyrisando a prosodia, ao mesmo tempo que a syntaxe da lingua, como fazem os rusticos e ignorantes” (COSTA, 1915, p. 80). Dom Macedo Costa atribui valor negativo aos que “pronunciam errado”, os trata como “rústicos e ignorantes”. Esse discurso é atravessado por ideologias discriminadoras, que distinguem as classes sociais dos falantes e estabelecem juízos de valor às pessoas por meio da fala delas.

Outro caso específico dessa situação é quando o autor do compendio trata sobre pronomes: “Outros, menos ilustrados, erram na collocação dos pronomes reciprocos: Nos mandaram dizer, se reuniu a assembléa, se fez assim, em vez de: Mandáram-nos dizer, reuniu-se a assembléa, fez-se assim” (COSTA, 1915, p. 81-82). Como resposta a essa ideia, surgem, no início do século XX no Pará, intelectuais que discutiam o fenômeno que acontece na colocação de pronomes no português brasileiro, como Paulino de Brito, que discutiu esse tema em artigos que publicava em jornais e que transformaram em duas obras importantes do autor: ‘*Colocação dos pronomes*’ (1907) e ‘*Brasileirismos de colocação de pronomes*’ (1908) em resposta a Candido de Figueiredo que, como Dom Macedo, defendia a gramática normativa tradicional, baseada no português europeu.

O debate entre Figueiredo e Brito desenredou-se por meio da imprensa, nos primeiros anos do século XX. O gramático português publicava seus artigos no “Jornal do Comércio” do Rio de Janeiro, enquanto o brasileiro os rebatia em “A província do Pará”. A disputa redundou nas seguintes obras: “A colocação de pronomes” (BRITO, 1907), “Brasileirismos de colocação de pronomes: resposta ao Sr. Cândido de Figueiredo” (BRITO, 1908) e “O problema da colocação de pronomes” (FIGUEIREDO, 1921 [1909]) (SILVA, 2017)⁹.

Dom Macedo valora de forma negativa os que “erram” na colocação dos pronomes. O autor tem como referência de civilidade aquele que “fala bem”, o “bem-falante”, que é algo muito discutido na Europa durante o processo de civilização (ELIAS, 1990).

Dessa maneira, quando se aborda temas desse período que eram amplamente discutidos, o discurso se torna polifônico, tendo em vista que um discurso se constitui em resposta a outro em diversos espaços de tempo. Por isso, atualmente, muitos discursos podem estar sendo feitos em resposta aos discursos do compendio. Temos como exemplo um cruzamento de vozes entre Dom Macedo Costa e as discussões entre o gramático Pasquale Cipro Neto e o linguista Marcos Bagno. Cipro Neto (2003)¹⁰ defende uma gramática baseada na doutrina normativo-prescritiva,

⁹ SILVA, Hosana dos Santos. **Língua e poder: revisitando os debates entre Paulino de Brito e Cândido de Figueiredo**. Cadernos do IL, v. 1, n. 55, 2017.

¹⁰ PASQUALE, Cipro Neto; INFANTE, Ulisses. **Gramática da língua portuguesa**. São Paulo: Scipione, 2003.

em que ainda há a concepção de certo e errado. Já Bagno (1999) defende que as diversidades dos comportamentos linguísticos devem ser respeitadas e valorizadas para que se construa uma sociedade que saiba respeitar as diferenças.

Em suma, no campo das palavras há diferentes vozes que coexistem e se cruzam com o passado e o presente, entre as várias épocas do passado, entre os vários grupos do presente, entre os futuros possíveis e contraditórios (DUARTE, 2018).

4.4 ALTERIDADE

A alteridade se constitui na relação do ‘eu’ com o ‘outro’, pois, ao nos confrontarmos com ‘o outro’, nossas condutas, ações e pensamentos são valoradas a partir dessa interação. O sujeito concreto se assenta na estrutura do ‘eu’ moral que age em relação a tudo que não é ‘eu’, portanto, em relação ao ‘outro’. Essa interação entre o ‘eu’, interior e particular a cada um, e o ‘outro’, o além de mim, é o que denominamos de alteridade (BRAIT, 2012).

Esse conceito parte do pressuposto de que todo sujeito se constitui na relação com o outro. Brait (2012, p. 32) afirma que “é preciso observar que as relações do discurso com a enunciação, com o contexto sócio-histórico ou com ‘outro’ são para Bakhtin, relações entre discursos-enunciados”.

Bakhtin (1997, p. 70-73) apresenta algumas categorias de valores importantes para a concepção de alteridade: O *eu-para-mim* se constitui na autoprojeção, autorreflexão e autoconsciência. É o modo como eu me vejo. O *eu-para-o-outro* está relacionado a qual percepção que os outros têm de mim. O *o-outro-para-mim* é a percepção que tenho em relação ao outro.

A obra de Dom Macedo Costa é repleta de relações entre o ‘eu’ e o ‘outro’. Essa relação consiste na valoração do ‘eu’ (polido e educado) a partir do ‘outro’ (incivilizado e ignorante). Como se pode observar no seguinte enunciado:

Banhar-se inteiramente nú em companhia, é um pudor que não sabemos estigmatizar e reprovar com bastante energia. A um menino cristão não carece lembrar-lhe a necessidade de ser sempre, mesmo quando está só, muito recatado e modesto, porque sabe o respeito que deve a si próprio e a Deus. (COSTA, 1915, p. 18).

Este é um dos enunciados em que o menino civilizado é valorado a partir do ‘outro’ (menino não civilizado). Esse modelo de “menino civilizado” era o oposto do menino paraense, de usos e costumes que expressam a cultura amazônica. Na obra, o menino (eu) educado, polido, é valorizado a partir do outro “selvagem”, “incivilizado”, “bruto”, “grosseiro”, que ignora as boas maneiras e, assim, é considerado bárbaro. (DUARTE, 2015, p. 225). Portanto, pode ser observado que na obra a cultura amazônica era desvalorizada e tida como incivilizada.

Quanto ao uso da língua, o autor descreve o ‘outro’ como “gente de caráter baixo e aparvalhado”, porque “pronunciam errado”, se expressam em desacordo com o que convém ao que o autor denomina de menino civilizado.

Ha muitos que falam murmurando entre dentes, mostrando timidez pueril; outros que gritam falando, mostrando descomedida petulancia; outros que arrastam as palavras, como gente de caracter baixo e aparvalhado; outros que effeminam, e adoçam affectadamente a pronuncia, como se quizessem passar por fatuos e adamados; estes declamam falando, como fazem charlatães e pedantes; aquelles precipitam e engolem as palavras, como se tivessem genio leviano e arrebatado, emfim muitos e muitos pronunciam errado, sem o accento conveniente, martyrisando a prosodia, ao mesmo tempo que a syntaxe da lingua, como fazem os rusticos e ignorantes. (COSTA, 1915, p. 80)

Nesse enunciado, o autor atribui valor negativo ao “outro”, que comete “erros gramaticais” e não sabe se expressar de forma civilizada e polida ao mesmo tempo que o autor critica o outro, está valorizando o “eu”, menino polido, civilizado e que “fala bem”, o falante ideal da língua nesse período. Após expor o que não se deve fazer (e ser), Dom Macedo valoriza o ‘eu’, aquele que é “bem-educado” que se expressa e fala “com qualidade”:

Se as pessoas com quem elles conviverem falarem o portuguez com a devida correccão, e observarem no conversar as regras do **decoro, elegancia e naturalidade**, insensivelmente adquirirão os meninos estas **boas qualidades**, e se tornarão neste particular **modelos de boa e aprimorada educação** (COSTA, 1915, p. 83). [Grifos da autora]

Desse modo, o ‘eu’ educado, polido e elegante, que pronuncia bem as palavras, organiza adequadamente as frases, que fala bem, é valorado a partir do ‘outro’, o petulante, aparvalhado, de gênio leviano, ignorante etc.

Sabe-se que o objetivo do compendio é educar os meninos da elite, mas também os meninos pobres e desvalidos, afinal ambos seriam o futuro da nação. Então, o autor pretende educá-los de acordo com o ideal de cidadão nos moldes europeus. Por isso, após avaliar o ‘eu’ e o ‘outro’, Dom Macedo Costa propõe educar o menino desvalido:

— Como remediar a tantas faltas e erros que se comettem no conversar?

— O remedio está em acostumar os meninos desde pequeninos a pronunciar e falar correctamente a lingua nacional, em vez de se applicarem tanto, como succede, ás linguas estrangeiras (COSTA, 1915, p. 83).

Nesse enunciado o autor coloca como proposta para resolver o problema dos “erros” acostumar os meninos a “falar corretamente” desde pequenos, ao invés de coloca-los para estudar a língua exaustivamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como tema “A história de livros de leitura na Amazônia paraense (1820- 1920): discursos sobre civilidade e linguagem”. Apresentamos o contexto socio-histórico do período do Império e início da República. Nesse momento, os livros assumem a função de inculcar ideologias civilizatórias nos alunos de acordo com os ideais europeus.

Documentamos as obras produzidas no período estudado na Amazônia paraense. Ao todo, documentamos 156 livros de leitura produzidos na Amazônia paraense no período de 1820 a 1920. Isso confirma a vasta produção de livros de leitura na Amazônia paraense na segunda metade do século XIX e início do século XX, por isso, nesse período o Pará não dependia de livros advindos de outras regiões, pois tínhamos nosso próprio provimento.

Também foi importante compreender a importância dos autores de livros de leitura para a educação na Amazônia. Apresentamos alguns dos intelectuais que foram de grande importância para a educação na Amazônia paraense no século XIX e no início do século XX. Os autores paraenses do período estudado deixaram o Pará em posição de destaque quanto à produção de livros escolares de leitura em relação aos outros estados do Brasil. São importantes intelectuais que colaboraram para a formação educacional das crianças paraenses do período. É primordial que seja preservada na memória paraense os nomes destes autores, que seja valorizada a produção intelectual que há no Pará. Não podemos apenas repetir a ideologia de valorizar o que vem de fora.

Por fim, fizemos a análise de como a ideia de civilidade no século XIX está relacionada ao uso da língua portuguesa no livro de leitura ‘Compendio de civilidade christã’ em que compreendemos que há um cruzamento de vozes entre Dom Macedo Costa (autor do compendio), Paulino de Brito e Cândido de Figueiredo e, também, vozes sociais da contemporaneidade como a do gramático Pasquale Neto e do linguista Marcos Bagno. Assim observamos que os discursos se constituem em resposta a outros discursos que podem ser entre vozes do passado, presente ou futuro.

Acreditamos que esta pesquisa contribui para a compreensão do processo de desenvolvimento da educação na Amazônia paraense. Esperamos que esse trabalho possa incentivar outros pesquisadores a fazer estudos sobre a história dos livros escolares na Amazônia, e que os dados sirvam como fonte para facilitar posteriores estudos nessa área.

FONTES PRIMÁRIAS

EUSTÁCHIO, José. **Antologia amazônica**. Belém: Pinto Barbosa, 1904. Disponível em: <<http://www.fcp.pa.gov.br/2016-11-24-18-22-47/antologia-amazonica-poetas-paraenses>>. Acesso em: 16 de set. 2018.

COSTA, Antonio de Macedo. **Compendio de Civilidade Cristã**. Nova edição. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1915.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/>>. Acesso em 08 de outubro, 2018.

BAGNO, Marcos. **Preconceito lingüístico: o que é, como se faz**. São Paulo, SP: Edições Loyola, 1999.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Tradução de Maria Ermantina Galvão G. Pereira, 1997.

BATISTA, Antônio Augusto Gomes; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **Livros escolares de leitura no Brasil: elementos para uma história**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2009.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Diccionario Bibliographico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1883.

_____. **Diccionario Bibliographico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893. 479 p. v. 2.

BRAIT, Beth. **Bakhtin: conceitos-chave**. Editora Contexto, 2005.

_____. **Linguagem e identidade: um constante trabalho de estilo**. Trabalho, educação e saúde, v. 2, n. 1, p. 185-201, 2004.

_____. **Perspectiva dialógica**. BRAIT, B; SOUZA-E-SILVA; MC (Orgs.). Texto ou discurso, p. 9-29, 2012.

_____. **Sujeito e linguagem: a constitutiva alteridade**. Cadernos de Estudos Lingüísticos, v. 35, 2011.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. **Decreto n. 981**. In: Decretos do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1890.

_____. **Decreto nº 1331 A de 17 de fevereiro de 1854**. Aprova o regulamento para a reforma do ensino primário e secundário no Município da Côrte.

CHOPPIN, Alain. **História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte.** *Revista Educação e Pesquisa*. São Paulo, v. 30, p. 549-566, set./dez. 2004. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/ep/v30n3/a12v30n3.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2016.

COELHO, Maricilde Oliveira. **O livro didático no Pará da primeira república.** In: II Congresso Brasileiro de História da Educação. 3., 2002, Natal. Anais: História e memória da educação brasileira. Natal: SBHE, 2002. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/tema3/3128.pdf>>. v. 4, 2002. Acesso em: 15 de março. 2017.

COUTINHO, Afrânio; SOUSA, José Galante de. **Enciclopédia de literatura brasileira.** Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional; Academia Brasileira de Letras, 2001. 2 v. ISBN 8526007238

CORRÊA, Fabíola; CLAUDINO, Lorena; COSTA, Suanny. **História do Jornalismo no Brasil e no Pará, da Colônia à República Velha.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO DA REGIÃO NORTE, 2007.

COSTA, Mayco Bruno Cruz; MENEZES NETO, Geraldo Magella de. **Livros escolares e provas de “Portuguez”: formação civilizadora na instrução pública do Pará (1898-1912).** *Revista Latino-Americana de História*, v. 5, n. 15, p. 69-90, 2016.

DUARTE, Raimunda Dias. **Livros escolares de leitura da Amazônia: produção, edição, autoria e discursos sobre educação de menino, civilidade e moral cristã.** Campinas/SP: Pontes, 2018.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador: uma história dos costumes.** Rio de Janeiro: Zahar, 1990. v.1.

FÁVERO, Leonor Lopes; MOLINA, Márcia Antônia Guedes. **História das idéias lingüísticas: origem, método e limitações.** *Revista da ANPOLL*, v. 1, n. 16, 2004.

FIORIN, José Luiz de. **Introdução ao pensamento de Bakhtin.** São Paulo: Ática, 2006.

JULIA, Dominique. **A cultura escolar como objeto histórico.** *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, n. 1, p. 9-44, 2001.

LEANDRO, Rafael Voigt. **Inglês de Sousa: Amazônia, história e ficção.** *Revista Água Viva*, v. 1, n. 2, 2011.

MACIEL, Francisca Izabel Pereira; ROCHA, Kátia Gardênia Henrique da. **Hygino Amanajás e sua produção de livros de leituras escolares para o ensino primário: fragmentos da história da leitura no Pará.** *RIDPHE_R Revista Iberoamericana do Patrimônio Histórico-Educativo*, v. 1, n. 1, p. 48-67, 2015.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo saquarema: a formação do Estado imperial.** São Paulo: Hucitec, 1990.

MIOTELLO, Valdemir. **Algumas anotações para pensar a questão do método em Bakhtin.** GRUPO DE ESTUDOS DOS GÊNEROS DO DISCURSO-GEGe Palavras e contrapalavras:

enfrentando questões da metodologia bakhtiniana. São Carlos, SP: Pedro & João, p. 151-168, 2012.

NERY, Vitor Sousa Cunha et al. **Organização da instrução pública primária na província do Pará (1851-1861)**. Atos de Pesquisa em Educação, v. 11, n. 2, p. 396-421, 2016.

NUNES, Francivaldo Alves. **Leitura e escrita nas aulas de ensino mútuo no Pará oitocentista**. Revista Litteris, v. 7, p. 1-12, 2011.

ORLANDI, Eni de Lourdes P. **Língua e Conhecimento Lingüístico: Para Uma História das Idéias no Brasil**. São Paulo, Cortez, 2002.

_____. **A Gramática, O Estado e A Autoria**. Relatos, Campinas, v. 4, p. 6-11, 1997.

PARÁ. Biblioteca Pública Arthur Vianna. **Catálogo de Obras Raras da Biblioteca Arthur Vianna: séculos XVIII - XX**. Belém: SECULT, 1998. 120 p. Disponível em: <<http://www.fcp.pa.gov.br/catalogo-de-obras-raras>>. Acesso em 20 de setembro. 2017.

_____. **Lei nº 97 de 28 de junho de 1841**. Regulamento da instrução pública. Belém, 1841. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/43e/doc01_43e.pdf>. Acesso em: 03 de novembro. 2018.

_____. **Lei nº 203 de 27 de outubro de 1851**. Cria novas escolas primárias na província do Pará. Belém, 1851.

_____. **Lei nº 348 de 1860**. Regulamento da instrução pública. Belém, 1860.

_____. **Lei nº 664 de 31 de outubro de 1870**. Regulamento da instrução pública. Belém, 1870.

RAMOS, Rossana Regina Guimarães. **Metalinguagem em Historiografia Lingüística**. In Anais [do] Encontro Nacional de Ciências da Linguagem Aplicadas ao Ensino. João Pessoa: Idéia, 2003. Disponível em: <http://www.leffa.pro.br/tela4/Textos/Textos/Anais/ECLAE_II/metalinguagem%20em/direita.htm>. Acesso em: 25 de outubro. 2018.

SOUSA, Celita Maria Paes de. **Fragmentos da história da educação no Pará no início do século XX: Instituto Gentil Bittencourt, origem, organização e concepções pedagógicas**. Revista HISTEDBR On-line, v. 15, n. 62, p. 144-156, 2015.

SOUZA, Thiago Gonçalves; SILVA, Wanessa Regina Paiva da; SALES, Germana Maria de Araújo. **O Trabalho das escavações: a Mina Literária e a prática da Literatura no Pará oitocentista**. REEL-Revista Eletrônica de Estudos Literários, n. 10, 2012.

VERÍSSIMO, José. **A Educação Nacional**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1906.